



Nº 1138 - Semanal  
0,50 €

24 Janeiro 2002

# ACCAO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director **António José Seguro** Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**  
Internet [www.ps.pt/accao](http://www.ps.pt/accao) E-mail [accao.socialista@partido-socialista.pt](mailto:accao.socialista@partido-socialista.pt)

# PRONTO E PREPARADO PARA GOVERNAR PORTUGAL



## AVANÇAM AS REFORMAS NA JUSTIÇA

O PS não hipoteca a palavra dada. A reforma da justiça, uma das bandeiras do Governo liderado por António Guterres, avançou esta semana com duas novidades: o lançamento dos Julgados de Paz em quatro localidades e a conclusão da ligação em rede de todos tribunais. E porque contra factos não há argumentos, e ninguém governa o País com críticas alarmistas próprias daqueles que, parcos em ideias, não reconhecem o mérito dos empreendimentos alheios, os socialistas apostam convictamente numa Justiça célere, próxima dos cidadãos e mais simples para melhor servir os portugueses. ► Página 15

## PSD MENTE AOS PORTUGUESES

À linguagem da verdade com que o PS se apresenta às próximas eleições legislativas, responde o PSD com deturpações grosseiras e deliberadas sobre a situação económica do País, com o propósito de confundir e enganar os portugueses. Exactamente para repor a verdade, Elisa Ferreira veio esta semana apresentar dados, que além de desmentirem claramente os números do nosso principal opositor, confirmam que Portugal cresceu e continua a crescer acima da média da União Europeia. Por outro lado, ao utilizar as previsões mais pessimistas dos organismos internacionais, o PSD transmite a ideia de que vale tudo para chegar ao poder. Nós, pelo contrário, elevaremos o debate e não vamos permitir que se tente manipular, através da demagogia e do populismo, a decisão dos portugueses que, quer se queira ou não, vivem melhor do que há seis anos. ► Página 13

**SUPLEMENTO CONVENÇÃO NACIONAL**  
REGIMENTO • ORDEM DE TRABALHOS • MOCÃO "RENOVAR A MAIORIA"

# FALAR VERDADE AOS PORTUGUESES

Numa campanha eleitoral não pode valer tudo. Os portugueses exigem de todos os partidos políticos que se fale verdade, que se informe sobre as suas reais propostas e que dessa forma se contribua para o estabelecimento da confiança dos eleitores no sistema político português.

O que o Dr. Barroso acaba de fazer com a publicação de dois cartazes com informação manipulada é um atentado à inteligência dos portugueses e constitui um contributo negativo para o restabelecimento daquela confiança.

O Dr. Barroso sabe, ou devia saber, que a média do crescimento económico de Portugal dos últimos seis anos é superior à média do crescimento económico de Portugal nos 10 anos dos governos laranja.

O Dr. Barroso sabe, ou devia saber, que nos últimos 16 anos Portugal só por uma vez teve um crescimento económico negativo. Foi em 1993, ano em que o próprio fazia parte do Governo. E é uma pena que o Dr. Barroso enverede por este caminho. Por um caminho que reflecte a sua falta de rigor e de seriedade. O PS não irá por aí.

Continuaremos fiéis ao princípio de falar verdade, reconhecendo os nossos erros, mas tendo muito orgulho na obra realizada.

O que estará em causa no dia 17 de Março serão as propostas de cada partido, as qualidades dos candidatos a primeiro-ministro, mas também os seus caracteres e a sua honestidade política.

Temos pena que o Dr. Barroso insista em enveredar pela deturpação, insista no branqueamento de uma parte da governação do seu próprio partido.

Os portugueses não se deixam enganar.

**O Dr. Barroso sabe, ou devia saber, que a média do crescimento económico de Portugal dos últimos seis anos é superior à média do crescimento económico de Portugal nos 10 anos dos governos laranja.**

A DIRECÇÃO

## A SEMANA REVISTA

**Ferro Rodrigues, eleito secretário-geral do Partido Socialista por esmagadora maioria, pediu a sua exoneração do Governo, tendo sido substituído na pasta do Equipamento Social por José Sócrates.**

**Primeira reunião do Secretariado Nacional do PS presidida por Ferro Rodrigues. Desta reunião resultou a designação de Paulo Pedrosa para porta-voz do partido, de António Costa como responsável pela elaboração do Programa de Governo, e de António José Seguro como coordenador da Comissão Permanente.**

**A Justiça em Portugal entrou no século XXI com a ligação em rede de todos os tribunais do País. Para tornar a justiça mais célere e aproximar os cidadãos da justiça, passou a funcionar, em Lisboa, o primeiro Julgado de Paz.**

**Em Birgorne, no concelho de Viseu, entrou em funcionamento o aterro sanitário que passará a tratar os lixos provenientes de 16 lixeiras da região do Douro Sul, uma obra cujo investimento ascendeu a 3,6 milhões de contos.**

**O Presidente da República deslocou-se a Castelo de Paiva onde esteve com as famílias das vítimas da queda da ponte de Entre-os-Rios e visitou a obras em curso das duas novas pontes que deverão estar concluídas até ao final do corrente ano.**

**O eurodeputado Luís Marinho foi nomeado pelos socialistas europeus como representante do Parlamento Europeu à Convenção que vai tratar do novo modelo institucional da União Europeia, e o eurodeputado Paulo Casaca foi nomeado vice-presidente da Comissão de Controlo Orçamental do Parlamento Europeu.**



## PRIMEIRA DECLARAÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DO PS EDUARDO FERRO RODRIGUES

«Sou hoje candidato a primeiro-ministro de Portugal. Sou-o porque a vocação do PS é também a de assumir responsabilidades de governo.

Sempre o fizemos ao serviço dos portugueses, mesmo nos momentos mais graves.»

No momento em que o Partido Socialista me escolheu para exercer o cargo de secretário-geral quero manifestar a todos os que participaram nas eleições e em especial aos que me apoiaram o meu profundo agradecimento.

Antes do mais porém cumpre-me dirigir uma palavra muito especial ao secretário-geral cessante António Guterres.

A forma como dirigiu o PS nos últimos dez anos, as suas vitórias, o seu empenhamento, inteligência e dedicação são e serão reconhecidos por todos os socialistas. A forma como dedicou a sua vida à causa pública, nos últimos anos, por vezes em situações pessoais extremamente difíceis, honram o Partido Socialista.

A minha eleição como secretário-geral do PS resultou de um apoio inequívoco de uma enorme maioria dos militantes socialistas.

A todos agradeço a confiança que em mim demonstraram.

Ao longo das duas últimas semanas tive a oportunidade de em dezenas de encontros estar junto a muitos milhares de socialistas e comprovar a sua determinação e entusiasmo para se envolverem nos combates políticos que iremos enfrentar.

Mas também recebi nestas semanas inúmeras mensagens de apoio e incentivo de cidadãos não filiados partidariamente, o que expressa como o PS continua a ser a grande força aglutinadora de vastos sectores da sociedade portuguesa que se revêm da ambição de um Portugal mais competitivo, solidário e coeso.

O contacto que mantive com milhares de militantes socialistas confirmou o que eu já sentia: existe uma enorme vontade de continuar a fazer do PS uma força de união e inclusão, mas também um partido cada vez mais aberto à sociedade, valorizando as diferenças e as mudanças que se cruzam na sociedade portuguesa.

Precisamos assim de um PS unido, aberto e renovado.

Só assim estaremos em condições de continuar a merecer a confiança dos milhões de portugueses que têm visto no PS a força dinamizadora de um Portugal que assuma o seu papel na Europa e no mundo, de um país que saiba premiar o mérito e a inovação, mas um país que saiba igualmente integrar os que mais precisam da solidariedade da comunidade nacional.

Assumo hoje uma enorme responsabilidade. Assumo-a serenamente com a confiança de quem sabe que a seu lado terá um amplo conjunto de homens e mulheres empenhados em, comigo, continuarem a fazer do PS a grande força de mudança e progresso que sempre foi.

Sei que estou a assumir uma responsabilidade que não é apenas perante as dezenas de milhares de militantes socialistas, mas sim perante os milhões de cidadãos que constituem a nossa grande base eleitoral.

Ao assumir as minhas responsabilidades de secretário-geral compete-me dar corpo ao nosso projecto e ao nosso programa.

Sou hoje candidato a primeiro-ministro de Portugal. Sou-o porque a vocação do PS é também a de assumir responsabilidades de governo.

Sempre o fizemos ao serviço dos portugueses, mesmo nos momentos mais graves.

Estou seguro que saberei, numa conjuntura difícil e exigente, apresentar ao país a melhor resposta para os nossos anseios colectivos.

Bater-me-ei com determinação por um país com mais capacidade de criar riqueza, inovação e progresso.

Bater-me-ei com convicção e rigor por um Portugal mais coeso, mais equilibrado e com maior igualdade de oportunidades.

Bater-me-ei com verdade e ambição por um país que acredite em si próprio, que recupere rapidamente a confiança em si mesmo e na nossa maior riqueza que são as portuguesas e os portugueses, o seu trabalho e a sua inteligência.

Recebo o testemunho de companheiros que construíram o PS ao longo de décadas e que foram obreiros maiores do Portugal democrático. Mário Soares, Vítor Constâncio, Jorge Sampaio, António Guterres.

Tudo farei para honrar esse testemunho.

A melhor maneira de o fazer é a de estar pronto e preparado para governar Portugal.

Estou certo que muito estarão comigo neste combate por um País de oportunidades, direitos, responsabilidades, justiça e solidariedade.

Com humildade democrática, mas com a força das nossas convicções, tudo faremos para merecer a confiança dos portugueses.



EDUARDO FERRO RODRIGUES

# CHEGA DE BOTA ABAIXO.

Falar é fácil. Fazer é connosco.



## PROGRAMA DE GOVERNO

# FERRO RECOLHE CONTRIBUTOS DE PERSONALIDADES INDEPENDENTES

**Ferro Rodrigues prosseguiu os seus encontros sectoriais com personalidades independentes. No ISCTE, reuniu-se com especialistas das áreas sociais, enquanto em Sintra teve lugar um encontro com economistas. Objectivo: recolher contributos para a elaboração do programa de governo.**

O secretário-geral do PS reuniu-se com cerca de duas dezenas de personalidades independentes especialistas em questões sociais, no decurso do qual o candidato a primeiro-ministro defendeu a necessidade de desenvolvimento e aprofundamento de políticas sociais no país, em contraste com as lógicas de governo neoliberais ou tecnocráticas.

No encontro, que decorreu no Instituto de Ciências de Trabalho e da Empresa (ISCTE), Ferro Rodrigues aproveitou para estabelecer a diferença dos governos do PS face às políticas sociais e de inclusão, em contraste com as lógicas neoliberais ou tecnocráticas.

Professores universitários como Alfredo Bruto da Costa, Virgínia de Sousa, Rogério Roque Amaro, Pedro Hespanha, Leonor Vasconcelos Ferreira, José Madureira Pinto, Casimiro Marques Balsa, Fernando Luís Machado e Carlos Farinha Rodrigues, mas também representantes de instituições de voluntariado, como Acácio Catarino e o padre Jardim Moreira, contavam-se entre as personalidades presentes.

No encontro foi apresentada uma declaração

política, intitulada «Por uma sociedade inclusiva e sem pobreza», que pretende ser um contributo para o programa de governo do PS.

No documento, defende-se que “a qualidade de vida numa sociedade moderna e desenvolvida não se compadece com a existência de miséria, exclusão social e degradação humana”.

“O investimento na promoção da justiça social e políticas sociais de qualidade são uma necessidade imperiosa, em primeiro lugar para os que se encontram mais vulneráveis, mas são também indispensáveis para a convivência digna e tranqüila de todos”, acrescentam os subscritores do documento.

Os subscritores da declaração política consideram ainda que “o futuro de Portugal não se pode voltar a fazer à custa da qualidade da sociedade e, em particular, sacrificando os mais desfavorecidos”.

“O nosso desenvolvimento só o será verdadeiramente se for solidário e se construir uma sociedade simultaneamente mais dinâmica, mais próspera, mais coesa e inclusiva”, sustentou.

No domingo, em Sintra, no âmbito dos seus



encontros sectoriais com personalidades independentes, Ferro Rodrigues reuniu com reputados economistas.

Em análise estiveram os processos de consolidação das finanças públicas e o desenvolvimento económico de Portugal.

O ministro das Finanças em exercício, Oliveira Martins, acompanhou Ferro Rodrigues no encontro que reuniu na Penha Longa, em Sintra, personalidades como Fernando Pacheco, Medina Carreira e Augusto Mateus, entre muitos outros. Satisfeito com a qualidade e competência dos economistas presentes no encontro, Ferro Rodrigues referiu: “Há grandes economistas portugueses que estão com o PS”.

Um dos especialistas ouvidos por Ferro Rodrigues, o ex-ministro da Economia Augusto Mateus, disse aos jornalistas que pôr Portugal a “viver melhor” não depende de uma pessoa em particular, mas da equipa que reunir à sua volta e que seja capaz de mobilizar os cidadãos e “transformar o necessário em possível”.

Augusto Mateus não excluiu a possibilidade de voltar ao governo, defendendo que “qualquer cidadão está disponível para ajudar o seu país”, mas ressaltando que “ainda e muito cedo” para dar certezas.

Nas eleições de Março vai estar em jogo “a credibilidade das pessoas e das propostas”, disse o ex-ministro.

A mesma credibilidade deve ser a prioridade de um futuro governo, com especial atenção para a contenção dos gastos do Estado, a modernização da administração pública e “tudo o que se possa

fazer para evitar desperdício”.

## Ferro nos Açores e Madeira

Entretanto, esteve na terça-feira nos Açores, onde garantiu a criação de “mecanismos de diferenciação positiva a favor” das regiões autónomas dos Açores e da Madeira se ganhar as legislativas de 17 de Março.

Em declarações aos jornalistas após um encontro com o chefe do Executivo açoriano, Carlos César, Ferro Rodrigues considerou tal diferenciação “essencial ao desenvolvimento da coesão nacional do país”.

É perfeitamente compatível termos essa posição de coesão e de diferenciação e de apoio ao investimento nos Açores, com aquilo que é um objectivo fundamental para o próximo mandato do Governo: a existência de equilíbrio financeiro nas contas públicas portuguesas”, acrescentou. Com base numa política de “diferenciação positiva”, que implica a continuação das regras de “rigor e exigência” que tem vindo a ser seguidas, o desenvolvimento dos Açores “não será atrasado”, assegurou.

Na quarta-feira, Ferro Rodrigues rumou até à Madeira, onde manteve contactos de âmbito partidário. O líder do PS teve um almoço de trabalho com os dirigentes do PS/Madeira, onde recolheu mais algumas propostas para a elaboração do programa do Governo, tendo depois dado uma volta pelo Funchal e contactado com numerosos militantes e simpatizantes do nosso partido.

## PAULO PENEDOS ASSUME DERROTA

Paulo Penedos assumiu a derrota na eleição para secretário-geral do PS e apelou à unidade de todos os militantes do partido em torno do novo líder, Ferro Rodrigues.

Numa declaração feita no domingo, no Porto, Paulo Penedos felicita Ferro Rodrigues pela eleição e deseja “o maior sucesso na sua candidatura a primeiro-ministro de Portugal”.

“No que a mim me diz respeito, importa, nesta hora, sublinhar o apoio nacional que a minha candidatura mereceu, tendo tido expressão nacional em todas as distritais do partido, numa demonstração de vitalidade interna que registo com alegria e sentido de responsabilidade”, refere na declaração o candidato derrotado.

Paulo Penedos salientou que atingiu o objectivo que pretendia, de lançar a discussão interna sobre “o que correu mal no partido e no governo”, e garantiu que vai levar a continuação deste debate para a Convenção marcada para dia 26 no Coliseu dos Recreios, em Lisboa.



REUNIÃO DO SECRETARIADO NACIONAL

# FERRO RODRIGUES QUER PS UNIDO ABERTO E RENOVADO

**Realizou-se na passada terça-feira a primeira reunião do Secretariado Nacional do PS presidida pelo novo secretário-geral, Ferro Rodrigues.**

Nesta reunião, que decorreu num clima de grande unidade, António José Seguro foi designado coordenador da Comissão Permanente, substituindo neste cargo o camarada Jorge Coelho. Paulo Pedroso, por sua vez, foi escolhido para porta-voz do partido, enquanto António Costa será o responsável pela elaboração do programa de Governo.

No final da reunião, na sua primeira declaração como secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues teve palavras de agradecimento e de louvor para com o seu antecessor, António Guterres, tendo destacado o seu "empenhamento e dedicação" na liderança do PS.

Com vista aos próximos combates políticos que os socialistas irão enfrentar, disse ser necessário "um PS unido, aberto e renovado",

porque só assim, adiantou, "estaremos em condições de continuar a merecer a confiança dos milhões de portugueses que têm visto no PS a força dinamizadora de um Portugal que assumo o seu papel na Europa e no mundo, de um país que saiba premiar o mérito e a inovação, mas um país que saiba igualmente integrar os que mais precisam da solidariedade da comunidade nacional".

Referindo que recebe o testemunho de companheiros que "construíram o PS ao longo de décadas e que foram obreiros maiores do Portugal democrático", como Mário Soares, Vítor Constâncio, Jorge Sampaio e António Guterres, o novo líder do PS afirmou que a melhor maneira de honrar esse testemunho "é a de estar pronto e preparado para governar Portugal".

Foram os seguintes os resultados finais da eleição do secretário-geral do PS: Ferro Rodrigues obteve 96,45 por cento dos votos expressos, enquanto Paulo Penedos recolheu 2,74 por cento, tendo-se registado 0,53 por cento de votos brancos e 0,28 por cento de votos nulos.



CONVENÇÃO NACIONAL

# GUTERRES VAI APELAR À UNIDADE

O ex-secretário-geral do PS António Guterres vai discursar na sessão de abertura da Convenção Nacional, no Coliseu dos Recreios, para apelar à unidade em torno do novo líder do partido, Ferro Rodrigues.

É ainda muito provável que o ex-líder venha a ter uma participação activa em algumas iniciativas no âmbito da campanha para as eleições legislativas.

Segundo o porta-voz do PS, Paulo Pedroso, a participação de Guterres "será definida passo a passo com o secretário-geral do PS".

Na sessão de abertura da Convenção Nacional do PS, António Guterres discursará após o presidente do partido, Almeida Santos, e antes do novo líder, procedendo-se assim a uma simbólica passagem de testemunho da liderança do PS.

"Com este acto, o PS prova que a transição na liderança vai fazer-se sem qualquer trauma, até porque Ferro Rodrigues orgulha-se de continuar o trabalho desenvolvido pelos anteriores líderes do partido", afirmou Paulo Pedroso.



# SEGURO COORDENA PROCESSO DAS LISTAS DE DEPUTADOS

O dirigente nacional do PS António José Seguro foi escolhido pelo secretário-geral do PS Ferro Rodrigues para coordenar o processo de elaboração das listas de candidatos a deputados pelo partido.

A opção pelo director do "Acção Socialista" deve-se ao facto de este ser, entre os mais directos colaboradores de Ferro Rodrigues, aquele que melhor conhece as estruturas do partido.

A decisão de Ferro Rodrigues foi formalmente comunicada segunda-feira aos presidentes das comissões políticas de federativas do PS, numa reunião onde foi feita uma primeira abordagem à metodologia que presidirá à elaboração das listas de deputados.



ALGARVE

# PS QUER CONTINUAÇÃO DAS OBRAS DA A2

As grandes obras estruturantes, como a A2, vitais para o desenvolvimento da região, continuam a merecer uma especial atenção do PS/Algarve.

Nesse sentido, José Apolinário apelou aos autarcas e dirigentes regionais dos partidos com representação parlamentar para se associarem ao "movimento da continuação das obras da auto-estrada do Algarve (A2)".

Em carta enviada aos presidentes das câmaras municipais e aos responsáveis partidários regionais, o presidente do PS/Algarve convidou-os a emitirem publicamente opinião sobre a matéria como forma de "demonstrar a união dos algarvios em torno deste objectivo comum e estratégico para o desenvolvimento sustentado do Algarve".

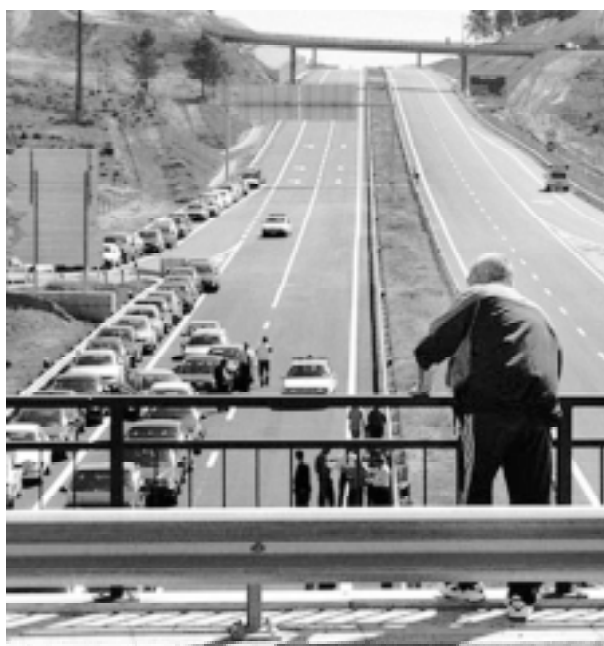
Na missiva, José Apolinário defende que a "auto-

estrada do Algarve não pode parar" e recorda o interesse deste investimento público, essencial para a rede de acessos à região.

O líder do PS/Algarve disse que não compreende a imposição da Comissão Europeia que deu ao Governo português um mês para explicar a alteração do traçado da auto-estrada Algarve/Lisboa.

"É incompreensível que se esteja a diabolizar sobre o ponto de vista ambiental uma obra que já foi atrasada precisamente por questões ambientais", afirmou José Apolinário.

O líder socialista algarvio reagiu à posição da Comissão Europeia que deu ao Governo português um mês para explicar a alteração do traçado da A2, entre Messines e a Via do Infante, aconselhando mesmo Lisboa a interromper a obra até que a questão fique esclarecida.



## POSIÇÃO DO PS/VILA REAL SOBRE LISTA DE DEPUTADOS

Na sequência de várias notícias veiculadas por diversos órgãos de Comunicação Social sobre a lista de candidatos a deputados pelo distrito de Vila Real, a Federação local do PS esclarece, num comunicado, que esta estrutura «aprovou, por unanimidade, na última reunião da Comissão Política Distrital, uma proposta em que tornava clara a sua posição quanto à lista de candidatos a deputados».

Essa proposta, referem os socialistas vila-realenses, «deixava bem nítido que a Federação do PS de Vila Real não punha em causa o direito do secretário-geral de usar a sua quota de 30 por

cento nas indicações dos candidatos e ainda o de indicar os cabeças-de-lista para cada círculo». O comunicado refere ainda que a Federação deliberou que «o partido deveria ter em conta o facto de o distrito só eleger dois deputados socialistas e de se encontrar, escolhido pelo secretário-geral, um cabeça-de-lista que resida no distrito, seja ele militante ou independente».

A Federação de Vila Real «acredita que será encontrada uma solução consensual e que no dia 29 de Fevereiro seja aprovada uma lista que mereça o apoio dos socialistas do distrito».

RESOLUÇÃO

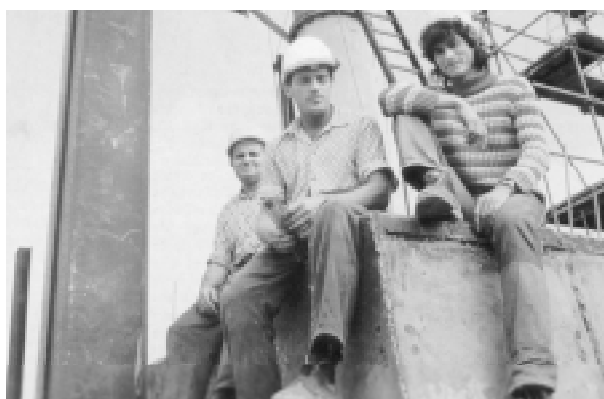
## TSS APELA À UNIDADE E À MOBILIZAÇÃO

Numa resolução aprovada em reunião do seu Secretariado Nacional, a Tendência Sindical Socialista (TSS) apela à unidade e mobilização do partido com vista à batalha eleitoral das legislativas e manifesta o seu total apoio ao secretário-geral do PS.

Os sindicalistas socialistas declaram o seu empenhamento na próxima campanha eleitoral para as legislativas de 17 de Março, que "deve resultar do confronto de propostas concretas para os problemas com que os

trabalhadores portugueses se confrontam, visando a melhoria das condições de vida e de trabalho, a diminuição do desemprego, a melhoria da qualidade de emprego, o combate às desigualdades e o respeito pelos direitos fixados na Lei e na Negociação Colectiva".

A TSS decidiu ainda promover uma reunião de sindicalistas com o novo secretário-geral do PS "para debater o que entende deverem ser as prioridades do programa eleitoral".



A solidariedade e a fraternidade são os princípios norteadores de Flávio Fonte, 58 anos, coordenador da Secção de Campo de Ourique – onde milita Ferro Rodrigues – membro das comissões políticas da Concelhia de Lisboa e da FAUL e secretário da Junta de Freguesia dos Prazeres. O seu amor ao socialismo é tal que na hora do adeus deseja ter como mortalha a bandeira vermelha do nosso partido, que tem servido com empenho e dedicação, há mais de duas décadas.

FLÁVIO FONTE

## UM CAMARADA SOLIDÁRIO E FRATERNO



Este histórico militante revela que começou a ganhar consciência política antes do 25 de Abril quando, muito jovem, trabalhava na editora Ulisseia.

Os muitos livros lidos então, o contacto privilegiado com grandes vultos das nossas letras, como Sttau Monteiro, José Cardoso Pires, Manuel da Fonseca, o seu principal trabalho naquela casa da cultura, permitiu-lhe uma evolução cultural e uma tomada de consciência política invulgares. Após o 25 de Abril, assumiu-se como defensor de um projecto de socialismo democrático para Portugal, pelo que «obviamente, inscrevi-me no PS», afirma Flávio Fonte, que aponta Mário Soares e François Mitterrand como as suas grandes referências.

Desde então desenvolveu uma intensa actividade partidária: fez parte de vários Secretariados da Secção de Campo de Ourique e foi o responsável pela área das Finanças da FAUL, no tempo da liderança de Vasco Franco.

Secretário-coordenador da Secção de Campo de Ourique há seis anos, Flávio Fonte não poupa elogios ao novo líder do PS. «Orgulho-me de ter na Secção um militante deste nível. É um político sério e competente, capaz de dirigir os destinos do País na senda do desenvolvimento e do progresso social. A provar a sua competência está o seu trabalho à frente do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, onde herdou uma situação difícil dos governos do Cavaco Silva», afirma.

Sempre atento à vida interna do nosso partido, Flávio Fonte considera ser urgente a realização de um Congresso «para haver uma renovação em clima de unidade», defende mais debate interno ao nível das Secções, sublinhando, a propósito, «o

notável trabalho desenvolvido» pela Concelhia de Lisboa, liderada pelo seu «grande amigo» Miguel Coelho, que «tem unido e mobilizado os militantes de base».

«Autarca acima de tudo», como gosta de se definir, o coordenador da Secção de Campo de Ourique tem também uma especial propensão para a actividade sindical, pelo que se fez eleger para o Conselho Geral do Sítese, tendo sido ainda membro da Comissão de Trabalhadores da CEIG.

### Autarca dedicado

Reconhecido pelos seus camaradas mais próximos como um socialista dedicado ao bem comum, sempre pronto a ajudar os outros (ver caixa), é na actividade autárquica, que exerce há vinte anos, que Flávio Fonte está como peixe na água. Reeito para mais um mandato no Executivo da Junta de Freguesia dos Prazeres, Flávio Fonte salienta a importância do trabalho desenvolvido nestes órgãos autárquicos. «Um autarca de uma freguesia é o primeiro a quem a população se dirige quando tem problemas, é ele quem dá a cara e defende o partido nas ruas e becos mais recônditos. É um trabalho longe dos holofotes que muitas vezes é menorizado por alguns camaradas do nosso partido com cargos de alta responsabilidade».

Quanto às qualidades que deve ter um autarca, Flávio Fonte é peremptório: «Deve ter capacidade política e consciência das responsabilidades, ser humano, ir ao encontro da população para saber das suas necessidades, e nunca ser arrogante».

J. C. CASTELO BRANCO

## FLÁVIO VISTO POR...

**Eugénia Gavieiro**  
Secretariado da Secção de Campo de Ourique e vogal da Junta de Freguesia dos Prazeres

*“É um bom coordenador da Secção, uma pessoa muito humana, que procura sempre ajudar os outros, quer no partido quer na junta”*

**Maria Arminda**  
Secretariado da Secção de Campo de Ourique

*“Para além de ter vindo a realizar um trabalho notável de dinamização da Secção, é um camarada de bom trato, solidário, com grande capacidade para ouvir e ajudar os outros”*

**Aires Mendonça**  
Secretariado da Secção

*“É uma pessoa franca e leal, sempre pronto a ajudar os seus camaradas em momentos de aflição, é um bom socialista e trabalhador, que tem sido subvalorizado no partido”*

**Ana Patrícia Neves**  
Secretariado da Secção

*“Está sempre pronto a ajudar e a resolver os problemas dos outros, para além de ser um coordenador dinâmico e com grande capacidade de mobilização dos militantes para as iniciativas da Secção e do partido”*

# UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA PARA TODOS



JOSÉ LEITÃO

**Desde 1996, temos desenvolvido uma política de imigração assente em princípios constitucionais de equiparação de direitos entre nacionais e estrangeiros (artº 15º da Constituição da República e no princípio da igualdade e da não-discriminação (artº 13º), que se traduziu em novas leis, em novos programas e medidas que mudaram para melhor a vida de muitos imigrantes.**

A sociedade portuguesa tem-se modificado profundamente nas últimas décadas, o que aliás não nos deve surpreender. Só as sociedades paradas no tempo é que não mudam. Todo o mundo é composto de mudança, já dizia Camões, num dos períodos de maior dinamismo da nossa história.

Portugal de país de emigração tornou-se também um país de imigração crescente e diversificada. Ora, se a emigração é sinónimo de anomia, a imigração traduz desenvolvimento e atractividade.

Portugal foi sempre, aliás, um país em que se misturaram povos e culturas diversas. Embora as relações fossem marcadas muitas vezes por situações de dominação, como no caso da escravatura, gerou-se, contudo, uma real mestiçagem biológica e cultural.

No início do novo século XXI, Portugal é cada vez mais uma Nação cosmopolita.

De cais de partida, tornou-se um porto de abrigo primeiro que tudo para aqueles com quem criámos laços de sangue e de cultura ao longo dos séculos. Com escreveu o escritor Fernando Dacosta: "Em todas as paragens deixámos descendentes nas horas do retorno outros povos, pretos, mulatos, indianos, orientais vêm connosco, acrescentam-nos, aprendem o frio e a geografia, ajudam no erguer das casas, no amanho dos baldios, inovam a cozinha, música, o imaginário, dissipam o isolamento", in "o Viúvo" Publicações D. Quixote, p. 175.

Desde 1996, temos desenvolvido uma política de imigração assente em princípios constitucionais de equiparação de direitos entre nacionais e estrangeiros (artº 15º da Constituição da República e no princípio da igualdade e da não-discriminação (artº 13º), que se traduziu em novas leis, em novos programas e medidas que mudaram para melhor a vida de muitos imigrantes.

Devemos ter orgulho no trabalho realizado, quer no Governo, quer na Assembleia da República, embora devamos ser mais ambiciosos na criação de condições para efectivar uma integração de qualidade dos imigrantes na sociedade portuguesa, particularmente no que se refere aos jovens nascidos em Portugal filhos de imigrantes ou que para cá vieram com base no reagrupamento familiar.

Não podemos também ignorar que, paralelamente, no que respeita à integração dos imigrantes, muito há a fazer para assegurar uma equitativa participação na sociedade e nas instituições de todos os que constituímos a Nação cosmopolita que somos.

Esta questão reveste-se, aliás, de grande importância para que se avance numa maior qualidade de integração dos imigrantes.

Um exemplo pode, aliás, torná-lo mais claro. Assegurar que os portugueses negros, ciganos ou indianos ou de qualquer outra origem, têm efectivamente as mesmas oportunidades e vão estando naturalmente mais presentes em todos os níveis dos partidos, dos sindicatos, das administrações e das empresas é não só uma

exigência de justiça, mas tem reflexos nos processos de integração dos imigrantes.

Os filhos de imigrantes, muitos deles portugueses, avaliam o seu lugar e futuro na sociedade portuguesa à luz da forma como é assegurada ou negada a igualdade de oportunidades destes cidadãos portugueses. Naturalmente que é também importante a forma como venha a ser concretizada relativamente aos que não são portugueses a incumbência constitucional de "assegurar aos filhos dos imigrantes apoio adequado para a efectivação do direito ao ensino (artº 74º, n.º 2, j) da Constituição da República)."

O sucesso da participação equitativa de todos os portugueses sem discriminações na sociedade portuguesa e nas instituições é uma pré-condição para que se possa aspirar a que se verifique uma integração de qualidade dos imigrantes. Devemos promover uma efectiva ascensão social, cultural e política dos portugueses de todas as origens, incluindo os portugueses negros e mestiços. A única opção é avançar nesta linha com mais determinação e eficácia. Os Estados que o não fizeram atempadamente produziram "minorias" segmentadas que constróem uma identidade inventada a partir dos imaginários disponíveis na televisão e no cinema. São fenómenos conhecidos dos jovens suburbanos que vivem em guetos, que se consideram como ilhas em que vivem como se tratassem de uma qualquer periferia americana. Sabemos que também entre nós, muito há ainda a fazer para superar os efeitos perversos de uma longa guetização espacial e de um longo processo de exclusão, que só começaram a ser combatidos pelos governos socialistas depois de 1996.

É neste contexto, que tem de ser analisada a forma como o PS impulsiona a participação equitativa a todos os níveis da sociedade e nas suas diferentes instituições na base de uma efectiva igualdade de oportunidades dos portugueses negros, ciganos ou de qualquer outra origem, incluindo nas listas que patrocina.

Só uma sociedade justa para todos sem discriminações é que será também uma sociedade mais coesa, pacífica e solidária.

O PS tem sido e estou certo continuará a ser o motor da mudança nesta área, na linha das orientações mais progressivas a nível internacional.

Como afirmou a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, nos considerandos da Recomendação 1500 (2001) sobre a participação dos imigrantes e dos residentes estrangeiros na vida política dos Estados-membros do Conselho da Europa: "A Assembleia sublinha também que a legitimidade democrática exige uma igual participação de todos os grupos sociais no processo político, e que a contribuição dos estrangeiros residentes legais para a prosperidade de um país é uma razão suplementar para lhe reconhecer o direito de pesar sobre as decisões políticas do país em causa" (concerné).

Por maioria de razão não podemos prescindir da igual participação cívica de qualquer português, qualquer que seja a sua origem.

É caso para dizer, todos por todos.





**Mas se há motivos de orgulho e satisfação nos frutos do nosso trabalho, também há consciência dos passos que não conseguimos concretizar. Na verdade, em várias dimensões da nossa vida colectiva, podemos dizer com Antero de Quental que «vem longe ainda a praia do futuro».**

Em Março próximo os portugueses vão ser chamados a decidir sobre o futuro. Mais do que uma escolha de rostos, julgo que ao acto eleitoral que se avizinha se joga, fundamentalmente, a possibilidade de aprofundar na sociedade portuguesa uma dinâmica de modernização e de desenvolvimento económico, social e político.

O que quero dizer com isto? Quero dizer que o combate que nos vai mobilizar é o de manter e reforçar a chama que animou o melhor da governação do Partido Socialista e da Nova Maioria ao longo dos últimos seis anos.

Para tanto temos que saber combinar ambição com realismo, produzindo com responsabilidade as rupturas que são necessárias. Um exemplo: nos últimos anos aumentámos as pensões de reforma a um ritmo nunca visto no passado, mas, ainda assim, compatível com o fortalecimento de um fundo de reserva da Segurança Social cuja dotação ultrapassa hoje os 3750 milhões de euros (mais de 3% do PIB). Temos ainda de saber combinar uma visão de futuro com a capacidade de mobilizar os recursos do presente. Um outro exemplo: o primeiro Governo da PS e da Nova Maioria concebeu e lançou um Plano de acessibilidades rodoviárias, integrando uma rede de auto-estradas com mais de 3000 KM. Uma rede verdadeiramente nacional, que liga o interior ao litoral, que garante cinco ligações a Espanha e que permite antecipar para 2006 a conclusão de um instrumento de progresso nacional que só estaria terminado, ao ritmo do passado, para lá de 2030.

Temos ainda que saber combinar a aposta na competitividade com o reforço da coesão económica e social. Um último exemplo: integramos o pelotão da frente do euro beneficiando das vantagens da estabilidade monetária europeia, mas sob o mesmo-lo fazer com elevados índices de emprego e uma das taxas de desemprego mais baixas da Europa.

Estes são apenas alguns exemplos, que tive a felicidade de poder testemunhar de perto, ao longo dos anos de trabalho que desenvolvi em diferentes áreas e com diferentes responsabilidades nestes últimos seis anos. *Exemplos que se desdobram em muito mais áreas e que têm a marca de uma governação socialista, centrada nas pessoas e com olhos postos no futuro do País.*

Mas se há motivos de orgulho e satisfação nos frutos do nosso trabalho, também há consciência dos passos que não conseguimos concretizar. Na verdade, em várias dimensões da nossa vida colectiva, podemos dizer com Antero de Quental que «vem longe ainda a praia do futuro».

O que falta então fazer para lá chegar? Falta muito.

**Por detrás das toneladas de cepticismo, desconfiança e cinismo atirados diariamente sobre o sistema político, há razões para pensar que a maioria das pessoas apreciaria que mudanças sérias fossem introduzidas no sistema político, dando uma hipótese à esperança de recomeçar tudo em melhores condições.**

1. Há uma dúzia de anos bem contados, Eduardo Ferro Rodrigues e eu publicámos um artigo num jornal diário sobre a reforma do sistema eleitoral. Se bem me recordo, a proporcionalidade estava ameaçada por projectos do PSD e o artigo vinha, ao contrário, tratá-la como um valioso *asset* do sistema político português.

No momento em que o meu co-autor da altura acaba de ser investido, por nós, socialistas, na primeira responsabilidade, socorro-me desta lembrança – reveladora de uma sensibilidade há muito desperta para o tema – para lhe dedicar este contributo pontual para uma renovação da atitude do PS.

2. Na última década, para não ir mais longe, o PS tem mantido uma presença constante na área da reforma do Estado e da reforma do sistema político.

Lembremos, por exemplo, o projecto da regionalização, a reforma do sistema eleitoral, o alargamento do papel do referendo, o projecto de reforma do governo autárquico – que em vários momentos constituíram bandeiras que erguemos muito alto.

Se recapitularmos desfechos, lembrar-nos-emos que o uso e os resultados dos referendos já feitos não só foram desfavoráveis às nossas posições como a participação dos cidadãos deixou muito a desejar; a regionalização foi afastada; reformas autárquicas adiadas; a reforma do sistema eleitoral diferida – por ser evidente que não existiam condições para a sua aprovação no Parlamento.

Ao mesmo tempo, alterações pelas quais nós socialistas – é bom reconhecê-lo – não nos batemos no passado, acabaram por ser, com a nossa participação, acolhidas no sistema político (ex: participação dos emigrantes na eleição presidencial.) ou parecem em condições de o ser proximamente (ex: limitação de mandatos, redução do número de deputados).

3. Este panorama justifica uma interrogação. Devemos nós prosseguir com esta temática, reconhecendo-a como área importante para a nossa afirmação política – ou deixá-la para trás, privilegiando as questões da governação? Devemos, na nossa proposta política, manter a reforma das instituições ao lado do económico e do social, ou fazer um deliberado *downgrade*, ou mesmo pô-la entre parêntesis no nosso discurso?

Se decidíssemos, como alguns de nós se que propõem, retirar o tema da nossa agenda real, é evidente que a única atitude salutar seria mesmo mudar de assunto – mudar muito claramente de assunto. Talvez a pior dificuldade que nesta matéria se possa enfrentar, e que já enfrentámos, seja continuarmos a falar e a propor reformas e mudanças em que já não se acredita ou em que nunca se acreditou. Para alcançar reformas – isso é fatal.

4. Na visão que partilho, e sem ser fiel de nenhuma crença salvífica em reformas institucionais, o tema da reforma do sistema político é central, contínua central – e como tal deve ser enfrentado.

Por detrás das toneladas de cepticismo, desconfiança e cinismo atirados diariamente sobre o sistema político, há razões para pensar que a maioria das pessoas apreciaria que mudanças sérias fossem introduzidas no sistema político, dando uma hipótese à esperança de recomeçar tudo em melhores condições.

Em termos sistémicos, poderíamos fazer uma leitura convergente. Sendo a capacidade de prestação do

## A SUPREMA VIRTUDE REPUBLICANA

Falta vencer etapas na corrida pela competitividade do País, mas sem deixar para trás os que não conseguem acompanhar a passada.

Falta vencer o sentimento de inferioridade, com que ingloriamente nos flagelamos, num país onde há empresas competitivas, serviços públicos competentes, quadros de elevada competência profissional, jovens talentosos e uma produção cultural como não há memória.

Não serão, ainda, infelizmente, a regra, mas já são mais de que a excepção e são, sobretudo, o exemplo a partilhar, a meta a atingir.

Falta, também, ir mais longe onde ficámos aquém do que queríamos: na capacidade de mobilizar toda a sociedade – escolas, empresas, famílias – para um salto mais ambicioso na qualidade e na inovação, especialmente aquela que se transforma no instrumento de progresso da elevação dos níveis de qualificação técnica, cultural e cívica dos portugueses.

O que estamos preparados para fazer fazer, o que pode e deve ser feito, é garantir um *ajustado equilíbrio* entre aquilo que o nosso futuro exige de todos nós e aquilo que tantos de nós precisam no presente.

O que falta fazer será o que faremos agora com Eduardo Ferro Rodrigues, porque ele se vai afirmar como um traço de união entre todos nós e como um elo dinamizador de uma vasta cadeia de solidariedade e de progresso.

Pela minha parte, que conheço Ferro Rodrigues há trinta anos e que com ele trabalhei no exercício de funções públicas nos últimos seis, gostaria de testemunhar o que de melhor ele transmite a todos os que com ele colaboram e como ele acreditam em melhores futuros.

Porque Eduardo Ferro Rodrigues possui, como poucos, a suprema virtude republicana: *uma convicção feita prática de que os cargos públicos só existem para servir os cidadãos e o país.*



JOSÉ A. VIEIRA DA SILVA

### A REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

## E SE MUDÁSSEMOS DE MÉTODO?

sistema actual cada vez mais limitada perante mais e mais exigentes expectativas, não havendo mudanças no próprio sistema a crise da resposta só pode agravar-se e a confiança diminuir.

5. Se a questão deve ser mantida no centro da nossa proposta política – então é essencial, à luz da experiência, mudar de método.

Não podemos, neste campo, continuar a erguer, como nossas, as mesmas ou sucessivas bandeiras, ao longo de sucessivas legislaturas, expondo-as a ser neutralizadas, adiadas, deturpadas ou abandonadas – com o grave resultado do sistema político não receber, por essa via, o efeito de reforma que pretendíamos transmitir-lhe. Também não podemos ignorar que a maior parte das mudanças relevantes a introduzir no sistema político não pode ser imposta por um só partido: nem o PS nem o PSD sozinhos adoptam uma atitude credível se se apresentarem como candidatos a autores solitários de qualquer reforma significativa neste domínio.

6. Nesta linha, parece-me que o PS deverá contribuir activamente para um “choque” reformista sobre o sistema político – e propor-se audivelmente fazê-lo. O critério do êxito é que esse efeito de reforma se venha realmente a verificar em tempo útil, de forma a que essa temática não vá sendo ingloriamente reconduzida de temporada política. Parceiros credíveis neste processo seriam os que, assumindo esse critério, dessem provas de manter os mesmos compromissos e posições neste domínio que estivessem no governo quer na oposição.

O efeito de reforma não se pode atingir com uma ou outra mudança distribuída ao longo do tempo, segundo um calendário que ninguém pode controlar. Importa portanto alcançar um acordo sobre um bloco de mudanças cujo alcance sobre o funcionamento do sistema seja sensível. A meu ver, o PS deveria liderar o processo conducente a tal acordo, contribuindo desde já para ele com um lote diversificado de propostas quer sobre matérias que estão já sobre a mesa (reforma eleitoral, limitação de mandatos, segunda câmara, financiamento dos partidos, campanha eleitoral, descentralização) quer sobre outras que lá devem ser colocadas de novo – que sejam valiosas em soluções funcionais para a reforma do sistema político.

7. Bandeiras rígidas e muito identificadas, neste campo, dada a natureza complexa do processo, não favorecem a eficácia. O PS não precisa de uma nova retórica sobre uma velha temática. Como noutras matérias, deve convencer que quer e pode alcançar o que antes não conseguiu, mesmo com metade dos deputados. Acumulámos no passado um grande *stock* de ideias neste domínio. É agora na visão, na vontade, no método e numa credível “orientação para o resultado” que é preciso ir buscar o que falta para tornar reais as mudanças que há tanto dizemos necessárias.



ALBERTO COSTA

# PSD MENTE AOS PORTUGUESES

A título pessoal, na qualidade de cidadã independente, Elisa Ferreira considera grave o modo como o PSD está a orientar o debate para as próximas eleições legislativas, nomeadamente no que respeita aos cartazes que já vieram anunciados na Comunicação Social sobre o crescimento económico em Portugal nos últimos seis anos.

Porque nas campanhas eleitorais “não pode valer tudo” e em nome do “falar verdade”, Elisa Ferreira deu uma conferência de Imprensa na sede do Largo do Rato para repor a verdade sobre a “distorção da realidade nacional” subjacente aos anunciados cartazes do PSD.

Por sentir que “há coisas que não valem”, a ministra do Planeamento, em exercício, sentiu-se na obrigação de vir a terreiro pedir que se “abduque do recurso à demagogia ou ao facilitismo”.

Munida de um conjunto de gráficos, que aqui se publicam, Elisa Ferreira desmontou, em nome da seriedade, da honestidade e da frontalidade do debate, os números que o principal partido da oposição apresenta como sendo verdadeiros.

Relativamente ao primeiro dos gráficos, Elisa Ferreira considera que os números do PSD seriam muito preocupantes se fossem realidade, sublinhando que o PSD se esqueceu de dizer que entre 1991 a 1995 o País cresceu na ordem dos 1,7 por cento e que o Dr. Durão Barroso não meteu nos cartazes.

Segundo a ministra, o PSD também não diz que entre 1996 a 2000, Portugal conheceu taxas de crescimento de 3,8 por cento, contratando com os primeiros anos dessa década que o PIB não foi além dos 1,7 por cento.

Além disso, Elisa Ferreira acusou o PSD de estar a usar exclusivamente as previsões do FMI que são, curiosamente, as piores previsões possíveis em termos dos organismos internacionais, e são só umas das possíveis previsões, havendo outras, nomeadamente as da OCDE e da União Europeia, que mais do que duplicam os valores previstos pelo Fundo Monetário Internacional.

Face a estes números, Elisa Ferreira sublinhou que “estes assuntos do crescimento do País são matérias de uma enorme sensibilidade, de uma enorme seriedade que não podem ser tratadas de forma mais ou menos demagógica”. Assim, quando se trata do crescimento da economia, “é profundamente errado andar a trabalhar períodos de um, dois ou três anos, porque o crescimento se faz em séries longas, por longos períodos, e andar a medir ano a ano este tipo de valores é como andar a medir o crescimento de uma criança semana a semana, ou o crescimento de uma árvore mês a mês”.

Voltando aos gráficos, a economista explicou que análise rigorosa obriga a considerar períodos inteiros, pelo que a taxa de crescimento entre 86 e 95 é de 3,5 para Portugal e de 2,4 para a UE. Se se atender ao período 96/2001, a taxa de crescimento para a União Europeia é de 2,4, e para Portugal de 3,5. Estes dados assim tratados, dão razão à anterior afirmação de que valores para períodos são bastante próximos uns dos outros, “o que não significa que dentro destes períodos se não devam considerar problemas concretos ou alterações conjunturais”.

Outra variável que o PSD não refere mas que Elisa Ferreira não deixou de considerar, respeita à taxa de emprego. Assim, no período compreendido até 1995, enquanto a taxa de desemprego se situava na ordem dos 7 por cento, durante os governos socialistas, com idêntico crescimento económico, a taxa de desemprego em Portugal é a segunda ou terceira mais baixa da Europa.

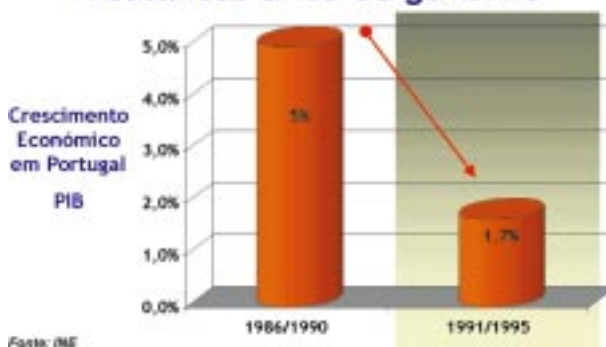
A ministra sublinhou também que Durão Barroso está a usar os números como lhe convém no que respeita ao crescimento económico comparado. Aqui, importa sublinhar que Portugal cresceu acima da média comunitária, sendo que cada país teve o seu ritmo próprio crescimento em função do seu ciclo económico. E Portugal cresceu mais do que sete países da União Europeia, isto é “apesar de ter problemas, o nosso país continuou a convergir, manteve-se acima da média da UE, fazendo isto ao contrário do período anterior, e mantendo, ao mesmo tempo, uma taxa de emprego bastante alta”.

Sem escamotear a realidade, nem pretendendo fazer nenhuma leitura demasiado optimista do País, Elisa Ferreira afirmou que Portugal tem problemas de variada ordem que é preciso combater, nomeadamente a questão da produtividade e da sustentabilidade do modelo de desenvolvimento económico. Para o futuro, segundo a responsável pela pasta do Planeamento, é necessário apostar cada vez mais na formação profissional, na educação, na capacidade empresarial e na capacidade científica e tecnológica.

Em nome do “falar verdade” importa que não se façam manipulações grosseiras da informação porque os portugueses “já nos impõem outro nível de debate”, disse, a concluir, Elisa Ferreira que se mobilizou pessoalmente para divulgar os verdadeiros números da realidade económica portuguesa.

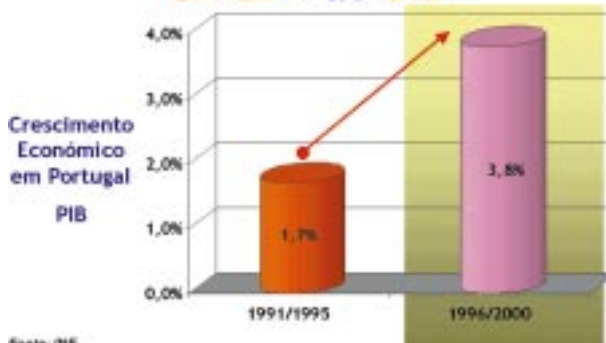


## O PSD “esqueceu” os seus restantes anos de governo



Faço: iME

## O PSD não diz

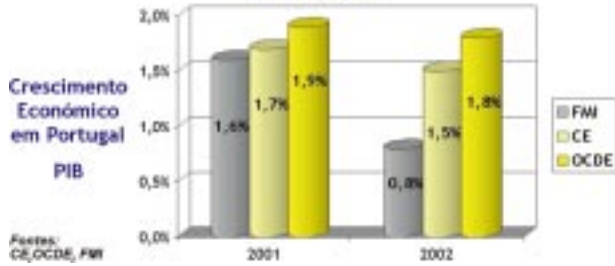


Faço: iME



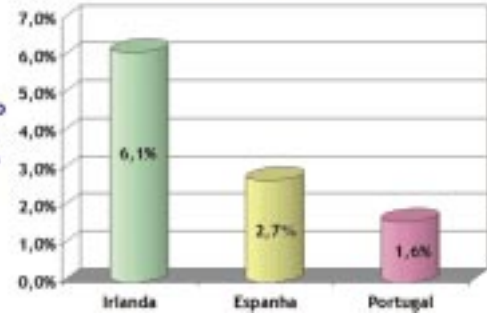
## O PSD utiliza as previsões mais pessimistas premeditadamente!

### Porquê?



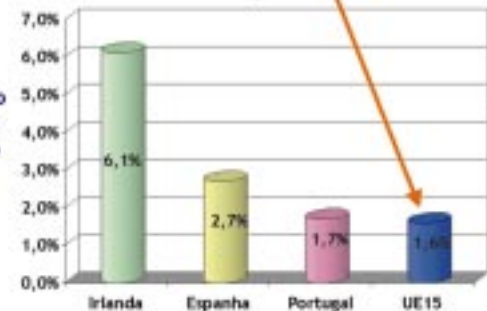
## O PSD diz

Crescimento Económico Comparado em 2001

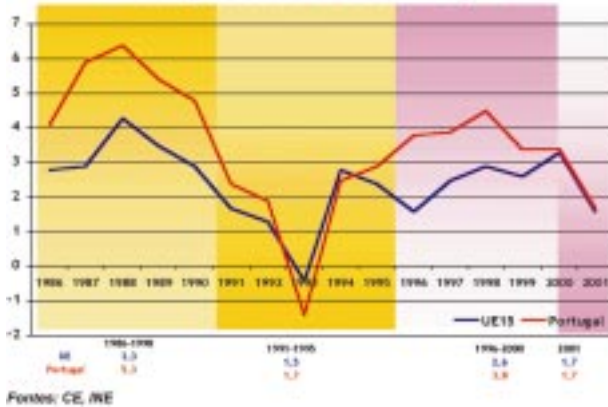


## O PSD "esquece-se" de dizer que Portugal cresceu acima da média Europeia

Crescimento Económico Comparado em 2001

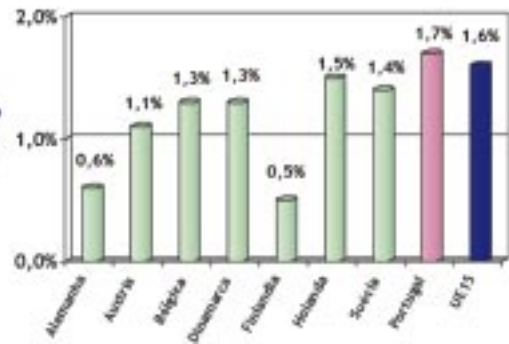


## Portugal continua a convergir !

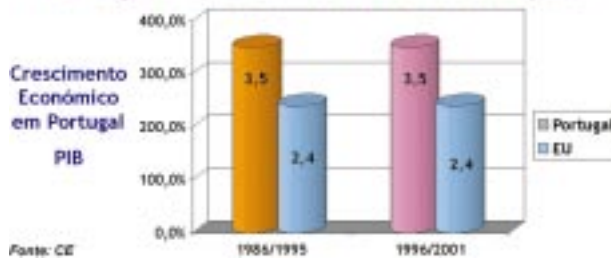


## O PSD "esquece-se" de dizer que Portugal cresceu mais do que 7 países da UE

Crescimento Económico Comparado em 2001



## Portugal cresce acima da média europeia



**CIÊNCIA**

# REDE DE ALTA VELOCIDADE PARA INVESTIGAÇÃO

**Uma rede de transmissão de dados a alta velocidade dedicada à investigação científica e utilizada pelos vários centros de saber será lançada já em Fevereiro próximo.**

O anúncio foi feito na passada segunda-feira pelo ministro da Ciência e da Tecnologia durante a inauguração do Centro de Física Computacional (CFC) da Universidade de Coimbra.

Mariano Gago revelou que a futura rede vai permitir trabalhos de investigação, utilizando as redes locais de computadores como se de apenas um grande sistema se tratasse.

A criação desta rede deverá ser aprovada "dentro de dias" e deverá entrar em funcionamento em Fevereiro, "ligando os centros de investigação que necessitam de computação do seu trabalho", desde



universidades a politécnicos.

O Centro de Física Computacional da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra foi aberto ao público, no dia 21, e conta com 37 computadores ligados em rede, número que poderá ser elevado para uma centena, revelou José Dias Urbano, director do Departamento de Física.

Este equipamento, que custou cerca de 300 mil euros, permite uma "maior competitividade do cálculo científico" em Portugal é a maior estrutura do género existente em Portugal, exclusivamente dedicada à investigação.

Para rentabilizar o equipamento, o CFC celebrou, no dia 21, protocolos de utilização com os centros de engenharia mecânica e de matemática.

Além destes centros, o Centro pretende alargar a utilização da rede informática a outros parceiros, ligados a núcleos de investigação onde seja necessário efectuar cálculo científico

de grandes dimensões.

Para Mariano Gago, este tipo de iniciativas são fundamentais para o futuro da ciência em Portugal, considerando que "ganhar capacidades em computação distribuída e paralela é essencial" num quadro europeu onde a investigação científica existe em larga escala há dezenas de anos.

«Nos últimos anos houve um enorme desenvolvimento na rede nacional de computação" e até ao final do mês, o ministério pretende abrir uma nova ligação de alta velocidade com o resto da União Europeia.

"As larguras de banda aumentaram de uma forma explosiva" de modo a "incrementar a investigação e a partilha de saberes", notou o governante, salientando que esta rede nacional de transmissão de dados entre universidades é a maior do país exclusivamente dedicada a "fins científicos, culturais e educacionais".

M.R.

O Governo do PS está empenhado em dar "um salto gigantesco a nível cultural no País". Assim o sublinhou o ministro da tutela, depois de garantir um apoio de seis milhões de euros para a construção do Teatro Municipal de Vila Real, uma infra-estrutura cultural que custará no total nove milhões de euros.

No decorrer da assinatura do termo de aceitação da candidatura do Teatro Municipal de Vila Real com a câmara local, na passada segunda-feira, Augusto Santos Silva enalteceu a construção daquela infra-estrutura cultural num distrito onde faltam salas de espectáculos.

O Teatro de Vila Real vai integrar a Rede Nacional de Teatros e Cine-Teatros, que vão permitir, na opinião do ministro, a realização regular de actividades culturais em todas as sedes de distrito.

Até 1999, altura em que o então ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho lançou a Rede Nacional de Teatros, faltava um programa coerente para colmatar as lacunas culturais e de equipamentos que se faziam sentir em algumas regiões do País.

Agora, segundo Augusto Santos Silva, falta

**CULTURA**

## GARANTIDO APOIO PARA CONSTRUÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL DE VILA REAL

apenas arrancar com o processo de projecção de teatros municipais nos distritos de Beja, Portalegre e Santarém.

Para o ministro, aqueles equipamentos só farão sentido se se transformarem "em instituições culturais vivas", que envolvam toda a sociedade civil e se os municípios trabalharem em colaboração uns com os outros.

As obras do Teatro Municipal, que vão durar cerca de 16 meses, estão em fase de arranque. O projecto apresenta um investimento total de nove milhões de euros, comparticipados em cinco milhões de euros pelo Programa de Intervenção Operacional da Cultura (Medida 2.1), e em um milhão de euros pelo orçamento directo do Ministério da Cultura.

O programa da Rede de Teatros e Cine-Teatros tem como mecenas a Tabaqueira, SA, com um apoio total de 7,5 milhões de euros.

O projecto do Teatro de Vila Real contempla dois auditórios com capacidade para cerca de 600 pessoas, uma sala de exposições, um café concerto e diversas áreas para restaurante, bastiões e espaços comerciais.

Será ainda construída uma Teatroteca, destinada aos mais jovens, que terá como objectivo incutir-lhes o gosto pelas artes do espectáculo, e criado um anfiteatro exterior que permitirá a realização de espectáculos culturais ao ar livre.

Também durante a visita a Vila Real, o ministro da Cultura garantiu que se o PS

ganhar as próximas eleições, a 17 de Março, a construção do Museu do Douro estará concluída em 2004.

Augusto Santos Silva anunciou ainda a criação de uma Associação do Museu do Douro, que juntará agentes privados e públicos, como câmaras municipais e outros ministérios.

A associação terá funções amplas, nomeadamente a participação na gestão do museu, de forma a responder às necessidades das populações locais.

O governante falou ainda das novas competências das delegações regionais da cultura, que deverão gerir as actividades amadoras e ter autonomia para a concessão de apoios.

**CONSELHO DE MINISTROS**

## COMITÉ DAS REGIÕES DA UE COM NOVOS REPRESENTANTES

O Conselho de Ministros designou os novos representantes de Portugal no Comité das Regiões da União Europeia.

Num total de 12 membros efectivos, o PS indigitou o presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, e os presidentes de câmara de Monchique (Carlos Tuta), Braga (Mesquita Machado), Évora (José Ernesto) e Matosinhos (Narciso Miranda).

Os partido laranja terá seis representantes: o presidente do Governo Regional da Madeira,

Alberto João Jardim e os presidentes de câmara de Viseu (Fernando Ruas), Oeiras (Isaltino Morais), Tavira (Macário Correia), Maia (Vieira de Carvalho) e Lisboa (Pedro Santana Lopes). A CDU terá um elemento no Comité das Regiões: o presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Pinto de Sá.

Como membros suplentes foram designados os presidentes de câmara de Tomar (António Paiva), Melgaço (Rui Solheiro), Covilhã (Carlos Pinto), Barreiro (Emídio Xavier), Torres de Moncorvo

(Aires Ferreira), Amadora (Joaquim Raposo), Ourique (Raúl dos Santos), Vila Real (Manuel Martins), Castelo de Paiva (Paulo Teixeira) e Santiago do Cacém (Vitor Proença).

Pelos governos regionais da Madeira e dos Açores foram designados membros suplentes, respectivamente, João Cunha e Silva e Roberto Rocha Amaral.

Na reunião do Conselho de Ministros da passada quinta-feira, o Governo deu ainda aprovação final a decretos-lei sobre o novo regime jurídico do

Fundo de Garantia Financeira da Justiça, sobre o regime de reconhecimento e de pré-reconhecimento das organizações e agrupamentos de produtores no sector das frutas e produtos hortícolas, assim como a um diploma que cria um registo normal de teses de doutoramento.

Na mesma reunião do Executivo, foram também aprovadas as alterações à orgânica do Ministério da Juventude e Desporto, medidas que já haviam obtido parecer favorável na generalidade do Conselho de Ministros.





## ABC DOS JULGADOS DE PAZ

### • *Julgados de Paz*

Categoria de tribunais alternativos que visam resolver causas de complexidade menor, de forma simples, rápida e mais próxima do cidadão.

### • *Competência*

Os Julgados de paz apreciam questões de pequena conflitualidade, quando não exista participação criminal pendente. Quanto à competência em razão do valor, podem julgar acções que não excedam 3741 euros (750 contos).

### • *Benefícios*

Procedimentos orientados pelos princípios da simplicidade, informalidade, oralidade, economia processual e justiça do caso concreto.

### • *Validade*

A decisão de um Julgado de Paz tem o valor de uma sentença proferida por um tribunal de primeira instância.

### • *Recurso*

Pode recorrer-se das sentenças de um Julgado de Paz, atendendo ao valor da acção, ou seja, se esta for de valor igual ou inferior a 375 contos não pode haver recurso, mas se for superior será já permitido recorrer.

### • *Juiz de Paz*

Magistrado não togado, recrutado através de um concurso público, que tem por função procurar conciliar as partes em conflito.

### • *Mediação*

Com o Julgado de Paz pretende-se que, antes de qualquer julgamento, seja tentada a mediação, precedida pela pré-mediação, em que se explica às partes em que consiste o processo.

### • *Mediador*

Profissional facilitador de relações que pode vir das mais diversas áreas de conhecimento, independente, imparcial. Não dispõe de poder de decisão vinculativo. Visa sobretudo realizar acordos que agradem às partes, sendo escolhidos por elas.



## JUSTIÇA

# REVOLUÇÃO TRANQUILA

Os Julgados de Paz surgem como alternativa aos tribunais comuns e estão aptos a dirimir conflitos de condomínio, arrendamento, vizinhança, acções para entrega de coisas móveis, usucapião e bagatelas penais reparáveis por via da acção cível, entre outros, desde que não ultrapassem os 750 contos.

A instalação do primeiro Julgado foi possível graças a um protocolo entre o Ministério da Justiça e a Câmara Municipal de Lisboa (CML) em que esta última disponibilizou, gratuitamente, instalações situadas em Telheiras.

O projecto, que numa primeira fase irá funcionar em Lisboa, Oliveira do Bairro, Seixal e Vila Nova de Gaia, poderá ser alargado a todo o território nacional se tiver êxito, prevendo-se que os municípios e as freguesias tenham um papel fundamental na tarefa de aproximar os cidadãos deste mecanismo extrajudicial de resolução de litígios.

Os Julgados de Paz, através dos quais se procura a resolução amigável e concertada dos conflitos através da mediação, terão um horário de funcionamento diferente dos tribunais comuns, estando também abertos, ao sábado, entre as 10 e as 14 horas.

O acordo das partes, depois de devidamente homologado pelo juiz de paz, tem valor de sentença.

Figura antiga do direito português, mas existente em outros ordenamentos jurídicos, os Julgados de Paz pretendem afastar dos tribunais comuns as chamadas bagatelas, que aumentam a pendência processual e a morosidade da justiça.

### Tribunais ligados em rede

Todos os Tribunais e a maior parte das entidades dependentes do Ministério da Justiça estão já ligados informaticamente, um projecto de dois anos que vai simplificar e agilizar processos. Na passada terça-feira, numa cerimónia que contou com a presença do primeiro-ministro,

assinou-se a conclusão da Rede Informática dos Tribunais, um momento que marca o início de "uma comunicação entre entidades mais rápida, mais barata e mais segura".

Palavras de Júlia Ladeira, presidente do Instituto de Tecnologias de Informação da Justiça, que explicou que a videoconferência será a próxima acção nesta informatização global que começou há dois anos.

Assinalou-se, pois, a conclusão da rede global que liga todos os ministérios, o Instituto de Reinserção Social, a PJ, e a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (e respectivas prisões), num total de mais de 400 entidades.

Para breve fica a ligação a todas as conservatórias e notários.

A rede actual permite o acesso à Internet, a correio electrónico e a bases de dados, estando

As reformas na área da Justiça não param. Desta feita, foi introduzida no sistema uma nova categoria de tribunais alternativos para pequenas causas – os Julgados de Paz. Uma justiça mais célere e próxima dos cidadãos é a meta deste projecto experimental que arrancou, no bairro lisboeta de Telheiras, na passada segunda-feira. Ao mesmo tempo, foram ligados em rede todos os tribunais do País. É obra.

também o Instituto a desenvolver produtos de segurança, como as assinaturas digitais.

Para já, a rede permite que os processos em tribunal se resolvam mais rapidamente, porque a comunicação e a troca de informações entre tribunais se fará muito mais depressa.

O Instituto está agora a desenvolver experiências de voz e de imagem para em breve a rede informática suportar a videoconferência, cujo *software* já existe em muitos tribunais. Recorde-se que a construção da rede informática começou em Maio de 1999, com o apoio da Portugal Telecom.

Actualmente todos os tribunais estão ligados à rede e com ligações internas, dispondo de aplicações informáticas para apoiar a gestão dos processos.

MARY RODRIGUES

## TRABALHO

# MINISTÉRIO REAFIRMA BOA APLICAÇÃO DE FUNDOS

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade considera errada a conclusão do Tribunal de Contas acerca de alegadas irregularidades na capitalização das contribuições relativas a eventuais doenças profissionais.

"Aqueles montantes estão inscritos no local próprio, estiveram sempre devidamente acautelados e assim continuarão", lê-se numa nota oficial distribuída, na passada sexta-feira, à Imprensa. A posição do Governo refere-se à conclusão constante num relatório do Tribunal de Contas, segundo o qual uma verba de 120 milhões de contos destinada ao fundo de reserva para pagamentos no caso de doença profissional, responsabilidade do Centro Nacional de Protecção contra Riscos Profissionais, foi usada para financiar o sistema de segurança social. Segundo o Ministério do Trabalho, "o sistema da segurança social é único", pelo que "o pagamento das contribuições é efectuado globalmente cobrindo todas as eventualidades, incluindo doenças profissionais", de acordo com as sucessivas leis de bases.

"O montante não gasto no pagamento de prestações decorrentes dessas eventualidades, incluídas as doenças profissionais, é, nos termos da Lei de Bases em vigor, objecto de capitalização no fundo de estabilização financeira da segurança social", refere ainda o ministério.



CENSOS 2001

# POPULAÇÃO PORTUGUESA MAIS INSTRUÍDA E ENVELHECIDA

Na cerimónia de apresentação dos resultados provisórios dos Censos, a ministra do Planeamento e Ordenamento do Território, Elisa Ferreira, considerou que urge fazer a gestão dos dados conhecidos de modo a que certos fenómenos "não nos apanhem desprevenidos".

A governante referenciou que o envelhecimento da população coloca questões nos mais variados domínios desde a saúde, implicando um maior desenvolvimento da geriatria, aos cuidados a prestar aos mais idosos, até ao planeamento das cidades, que terão de se adaptar a novas mobilidades.

Segundo os dados provisórios, existem actualmente 103 idosos para cada 100 jovens (entre os 0 os 14 anos) quando uma década antes esta proporção era de 45 idosos para 100 jovens.

Em termos populacionais, residem em Portugal 10,3 milhões de pessoas. Um aumento populacional de cinco por cento que, segundo Graças Magalhães, do INE, ficou a dever-se à migração, pois a taxa de natalidade registou uma acentuada descida. "O saldo natural ficou muito abaixo", disse.

Por outro lado, os portugueses revelam um grau de instrução mais elevado. Actualmente 10 em cada 100 têm frequência universitária.



Elisa Ferreira salientou que, dado o grau de instrução, o País já ultrapassou "aquela imagem do passado", mas tal implica "uma população mais exigente, mas também mais responsável face aos desafios do futuro".

Segundo os dados provisórios, a maioria dos portugueses é casada com registo (49,7 por

cento); todavia revela-se uma maior informalidade na conjugalidade com um aumento significativo das uniões de facto (3,6 por cento), que duplicaram em dez anos.

As famílias portuguesas são actualmente menores, sendo hoje mais reduzida a percentagem de agregados familiares com cinco membros, consolidando-se a tendência de crescimento das famílias compostas por duas pessoas.

É na região Norte e ilhas que as pessoas mostram maior formalidade na conjugalidade e também na frequência de famílias maiores.

Os dados apresentados demonstram "uma qualidade de cobertura" e são acompanhados de uma nota de análise, o que constitui uma inovação em Portugal, como salientou Fernando Casimiro, director do INE.

Apesar de os dados disponíveis não permitirem ainda algumas análises, nomeadamente pela impossibilidade de se cruzarem informações, revelam uma reduzida margem de erro. Em termos de amostragem essa margem não vai além dos oito por cento.

## Parque habitacional cresce no litoral

Além dos dados relativos aos censos populacionais, foram apresentados dados provisórios relativos à habitação.

Tal como a população, que se fixa mais no litoral, essencialmente nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, o crescimento do parque habitacional foi também mais notório nessa região.

Registou um crescimento quer ao nível de alojamentos quer ao nível de edifícios, o que já se verificava na década de 1980, "registrando-se todavia uma abrandamento da velocidade", como disse Duarte Rodrigues, do INE.

Em termos de volumetria Lisboa e Porto destacam-se do resto do litoral oeste, havendo alguma proeminência da região algarvia, essencialmente do concelho de Portimão.

**Somos mais, mas tendemos a constituir famílias mais pequenas. Os portugueses estão menos formais na conjugalidade, mais velhos, embora mais instruídos. É este o quadro avançado pelos dados provisórios dos Censos 2001, divulgados quinta-feira, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).**

O País revela uma cobertura total em termos de infra-estruturas, o que aliás foi salientado pela ministra Elisa Ferreira.

Electricidade, água canalizada e saneamento básico chegam a todos os portugueses. Relativamente à recolha dos resíduos sólidos esta rede atinge apenas 90 por cento do País. Os dados definitivos deverão ser apresentados no final deste ano, ficando tal como os provisórios, disponíveis gratuitamente na Internet ([www.ine.pt](http://www.ine.pt)), o que para o presidente do INE, Paulo Gomes, constitui "o retorno à população" desta mega-operação.

## População idosa ultrapassa jovens

A população portuguesa está a envelhecer e pela primeira vez a percentagem de idosos, 16,4, ultrapassou a dos jovens até aos 14 anos (16 por cento), anunciou o Instituto Nacional de Estatística.

Na divulgação dos dados provisórios da operação Censos 2001, o INE apresentou dados comparativos com as operações censitárias de 1991 e 1981 que permitem concluir um "duplo envelhecimento" da população portuguesa.

"Trata-se de um duplo envelhecimento: pelo topo, com a população idosa a aumentar 26,8 por cento face a 1991 e 51,2 por cento face a 1981; pela base, com a população jovem a diminuir 15,9 por cento face a 1991 e 33,8 por cento face a 1981", refere uma nota do departamento oficial de estatística.

Os dados recolhidos nos Censos do ano passado traduzem também um decréscimo, relativamente a 1991, de 8,3 por cento da população entre os 15 e os 24 anos e de 9,3 por cento face a 1981. Esta diminuição é justificada com um "acentuado declínio" da natalidade registada a partir da década de 80.

Entre os 25 e os 64 anos foi, pelo contrário, registado um acréscimo de população de 11,7 por cento relativamente a 1991 e de 20,7 por cento face a 1981.

Devido ao envelhecimento da população o índice de envelhecimento aumentou de 45 para 103 idosos por cada 100 jovens, factor para o qual contribuiu a população feminina, cujo índice era, em 2001, de 122 idosas por cada 100 mulheres jovens.

No sexo masculino regista-se um índice de 84 idosos por cada 100 jovens, um dado que de acordo com o INE "reflecte a maior longevidade feminina".

Dos dados provisórios concluiu-se também que na última década o índice de dependência baixou de 51 por cento para 48 por cento, ou seja, existiam no ano passado 48 dependentes por cada grupo de 100 cidadãos activos. Em 1981 este índice situou-se nos 59 dependentes por cada 100 activos.

## MISSÃO HUMANITÁRIA

# AJUDA PORTUGUESA PARA O AFGANISTÃO

O Conselho Superior de Defesa Nacional deu luz verde à proposta governamental de envio de uma missão humanitária portuguesa para o Afeganistão, confirmando o "acordo de princípio" que tinha dado em Dezembro.

Com a aprovação final, no dia 17, do Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), a missão humanitária composta por um avião C-130 e uma equipa médica poderá seguir para o terreno dentro de cerca de uma semana.

No final da reunião, o porta-voz do CSDN, Goulão de Melo, explicou que a concordância deste órgão relativamente ao envio da equipa de apoio humanitário se tornou possível depois de "definidos os moldes" em que iria funcionar.

A missão, que partirá para o terreno no final deste mês, prestará assistência à população de Cabul no hospital central da capital afegã e fará igualmente transporte de ajuda humanitária.





**Luís Marinho foi nomeado, em Estrasburgo, pelo grupo parlamentar do Partido Socialista Europeu, representante do PE na Convenção sobre o futuro da União Europeia, instância que irá debater a reforma das instituições europeias, antes do alargamento, e a preparação da Conferência Intergovernamental de 2004.**

## MARINHO E CASACA

# SOCIALISTAS EM LUGARES DE DESTAQUE NO PE

Luís Marinho foi nomeado, em Estrasburgo, pelo grupo parlamentar do Partido Socialista Europeu, representante do PE na Convenção sobre o futuro da União Europeia, instância que irá debater a reforma das instituições europeias, antes do alargamento, e a preparação da Conferência Intergovernamental de 2004.

“Ter a possibilidade de representar o PE nesta instituição que vai redesenhar o nosso futuro colectivo enquanto europeus, é uma oportunidade que satisfaz e alegra qualquer pessoa que, como eu, há mais de 25 anos se dedica às questões europeias”, disse o eurodeputado socialista. Luís Marinho, que é um dos 16 representantes do PE na Convenção, afirmou que irá defender naquela instância “a sua concepção da Europa, na qual o interesse de Portugal é um interesse preponderante”.

O eurodeputado socialista espera ainda que a Convenção “não se vá debruçar de novo, à semelhança do que foi feito com o Tratado de Nice, sobre questões de poder”.

“O seu papel será o de avançar para a reforma das instituições e não o de entreter-se em hierarquizar competências”, afirmou, acrescentando: “Se a Convenção for isto, eu estarei lá para dizer «não», porque a minha concepção da Europa é uma concepção de iguais.”

Entretanto, um outro eurodeputado socialista, Paulo Casaca, assume um lugar de destaque no PE, ao ser eleito vice-presidente da Comissão de Controlo Orçamental.

A escolha do eurodeputado, por indicação do líder do grupo dos socialistas europeus, Enrique Barón Crespo, teve lugar na terça-feira, na reunião constitutiva da Comissão Parlamentar para a segunda metade do PE.

Desde 1999 deputado no Parlamento Europeu, Paulo Casaca foi na metade do mandato membro efectivo da Comissão do Orçamento e suplente da Comissão do Controlo Orçamental.

Nesta última Comissão, Paulo Casaca foi o responsável socialista pelo sector agrícola, tendo sido autor de relatórios sobre o Sistema Integrado e Controlo, Regime de Apoio ao Azeite e sobre a realização de programas de acção no domínio do FEOGA – Secção Garantia.

Actualmente, no contexto do exercício de Quitação Orçamental do ano de 2000, está a realizar o trabalho de análise do sistema das restituições à exportação.

## SECTOR MARÍTIMO EUROPEU

# ELISA DAMIÃO DEFENDE MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO



Elisa Damião defendeu no Parlamento Europeu a melhoria das condições em que laboram os profissionais do sector marítimo europeu.

Ao intervir em Estrasburgo no debate de um relatório sobre “A Formação e o Recrutamento de Marítimos na UE”, a eurodeputada socialista sustentou que «a Comissão Europeia deve agir no sentido de garantir uma defesa efectiva das condições de trabalho dos profissionais do sector marítimo europeu».

Para Elisa Damião, os baixos salários auferidos por estes trabalhadores e as más condições - sobretudo ao nível da segurança - em que laboram a bordo dos navios constituem situações de todo inaceitáveis, que exigem uma resposta estratégica da Comissão.

A eurodeputada socialista - que se tem destacado em Estrasburgo pelas suas iniciativas e intervenções em defesa dos direitos dos trabalhadores - considera que apesar de esta ser uma matéria da competência dos Estados-

membros, o executivo comunitário tem um importante papel a desempenhar ao nível da regulação e harmonização dos perfis de formação profissional dos trabalhadores marítimos europeus, da melhoria das suas condições salariais e do incremento das medidas de segurança nos navios. Só através de medidas deste tipo, segundo Elisa Damião, se conseguirá que “continuem a existir oficiais experimentados e de qualidade, indispensáveis para as necessidades actuais e futuras da União”.

## FINANÇAS

# POLÍTICA ORÇAMENTAL PORTUGUESA RECEBE AVAL DOS DOZE

A megacampanha de intoxicação da opinião pública levada cabo pela direita sofreu um sério revés. Os líderes do PSD e CDS, bem como alguns mediáticos economistas da nossa praça, adeptos fervorosos da mão invisível, terão que repensar as suas intervenções e escritos. É que os Estados-membros da zona euro consideram “correcta” a política orçamental portuguesa e alemã, num cenário macroeconómico marcado pelo abrandamento económico mundial.

“Chegou-se ao consenso de que as políticas orçamentais de Portugal e da Alemanha são políticas correctas”, disse o ministro das Finanças de Espanha, Rodrigo Rato, no final de uma reunião do Eurogrupo (Quinze menos Reino Unido, Suécia e Dinamarca), na segunda-feira à noite em Bruxelas.

“A opinião do conjunto dos ministros é de que o abrandamento económico é a razão principal dessas dificuldades orçamentais”, afirmou Rodrigo Rato à imprensa, acrescentando que “uma alteração da política orçamental não é necessária”.

Os responsáveis pelas Finanças chegaram a esta conclusão na sequência de um debate sobre um documento da Comissão Europeia que analisava a situação orçamental dos países membros da zona euro.

O exame anual dos programas de estabilidade português e alemão só será feito pelos ministros das Finanças em 12 de Fevereiro depois de a Comissão Europeia apresentar o seu parecer em 30 de Janeiro próximo.



**O "alto nível de desempenho" revelado em Timor pelo destacamento de helicópteros Allouette III (ALIII) da Esquadra 552, sediada na Base Aérea de Beja, mereceu o reconhecimento do ministro da Defesa Nacional.**

Rui Pena falava aos jornalistas, na passada sexta-feira, na Base Aérea 11 (Beja), durante a cerimónia comemorativa das 300 mil horas de voo dos helicópteros ALIII, aeronaves que constituem a Esquadra 552.

Na cerimónia estiveram ainda presentes os mais altos representantes militares e ainda responsáveis da sociedade civil.

"Visitei o destacamento desta esquadra que se encontra em Timor e verifiquei que, apesar das condições muito penosas que enfrentam, demonstram entusiasmo na missão. O comando internacional da força de Paz também me transmitiu o reconhecimento do seu alto nível de desempenho", congratulou-se.

Os helicópteros ALIII foram introduzidos em Portugal em 1963 e a Esquadra 552, denominada também "Os Zangões", é actualmente a única da Força Aérea Portuguesa (FAP) que é equipada com essas aeronaves.

As 300 mil horas de voo dos ALIII, contabilizadas desde 1963, foram concretizadas em Abril do ano passado mas, segundo explicou o governante, só agora foi possível realizar a cerimónia, integrada também nos 50 anos da FAP.



"Por razões de agenda, só agora foi possível vir manifestar à esquadra a consideração que o Governo, em nome de Portugal, tem pelo esforço que estes militares desenvolveram ao longo de todos estes anos", explicou.

**DEFESA**

**MINISTRO SAÚDA DESTACAMENTO DE HELICÓPTEROS EM TIMOR**

A questão do reequipamento das Forças Armadas foi também abordada pelo ministro Rui Pena, que explicou que, apesar dos ALIII ainda continuarem operacionais mais algum tempo, novas aeronaves estão a caminho. "Foi já assinado o contrato para o fornecimento de helicópteros, para a FAP, de uma geração mais recente e que, além de terem outras condições, representam uma fase tecnológica mais avançada", disse, referindo-se às aeronaves que deverão substituir os "Puma", estacionados nas Bases Aéreas do Montijo e das Lajes. O Exército também vai receber novos helicópteros 635, enquanto que, segundo Rui Pena, um outro fornecimento de aeronaves NH90, "em princípio" destinado àquele ramo

das Forças Armadas, poderá ainda ver o seu âmbito de actuação alargado.

«Poderão também servir a Marinha, caso seja necessário, a FAP ou, inclusive, para missões civis», sublinhou o ministro.

A frota de ALIII, desde 1963, já integrou um total de 142 aeronaves – as primeiras constituíram a Esquadra 94 –, encontrando-se, actualmente, ainda 18 ao serviço da FAP. A Esquadra 552 (criada em 78) tem como missão primária a execução de operações de transporte aéreo táctico mas intervém ainda na instrução complementar de pilotagem em helicóptero, missões de apoio aéreo ao combate, de busca e salvamento, transporte aéreo geral e operações de apoio no ataque a incêndios.

**TIMOR-LESTE**

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO INAUGURA ESCOLA**



O ministro da Educação português, Júlio Pedrosa, está em Timor para estreitar os laços de cooperação entre o nosso país e aquele território.

No segundo dos cinco dias de visita a Timor-Leste, Pedrosa inaugurou novas instalações de uma das escolas mais antigas de do território, na pequena localidade de Venilale, 150 quilómetros a leste de Díli.

A escola, do Reino de Venilale, foi recuperada com o apoio da empresa de relógios Swatch, da construtora ENSUL e da estação de televisão SIC, numa das iniciativas que conseguiu mais apoio da sociedade civil portuguesa em 2000.

A cerimónia, que contou com a presença do ministro da Educação timorense, Armindo Maia, e do bispo D. Basílio do Nascimento, foi acompanhada por centenas de habitantes locais e por muitos dos alunos que, a partir de Setembro, passarão a utilizar a escola.

A reconstrução e equipamento da Escola do Reino de Venilale – com base num projecto do Grupo de Estudos para a Reconstrução de Timor-Leste (GERITL) – orçou em cerca de 664 mil euros (cerca de 133 mil contos), recolhidos no âmbito da campanha da Tempus Internacional (Swatch) e da SIC.

As obras, que deverão ser concluídas nos próximos meses, já foram terminadas em parte dos edifícios do complexo.

A reconstrução só foi possível pela aderência da sociedade civil portuguesa à iniciativa da Swatch, que criou o relógio "A Escola", canalizando para o projecto uma parte significativa do valor recolhido com a venda.

Os fundos permitiram ainda custear os arranjos exteriores, o fornecimento de mobiliário e de todo o equipamento.

**DEPUTADO DO PS PROPÕE**

**GEMINAÇÃO DE COIMBRA COM MUNICÍPIO TIMORENSE**

Ricardo Castanheira, em carta dirigida ao novo edil de Coimbra, propôs a geminação da cidade do Mondego com um município de Timor-Leste.

Na missiva, Ricardo Castanheira, eleito pelo distrito de Coimbra, afirma que a geminação desta cidade com uma outra da antiga colónia portuguesa responderia "seguramente às expectativas de cooperação existentes".

O deputado do PS realça que estudam na Universidade de Coimbra dezenas de estudantes timorenses e que foi nesta cidade que ocorreu, em finais dos anos 90, a "maior corrente humana de solidariedade por Timor".

"Na Universidade de Coimbra, está matriculado o referencial político e cívico de um Timor independente, Xanana Gusmão", refere, acrescentando que "existe em Díli, como em Coimbra, uma Académica".



ENTRE-OS-RIOS

# SAMPAIO ELOGIA INVESTIMENTO FORTE DO GOVERNO EM CASTELO DE PAIVA

O exemplo do esforço que o País precisa seguir para construir o futuro com confiança tem nome e apelido: Castelo de Paiva.

Assim o frisou o Presidente da República, Jorge Sampaio, pedindo aos políticos que recusem a demagogia na próxima campanha eleitoral.

Na visita que fez ao município ainda marcado pelo trágico colapso da ponte de Entre-os-Rios no passado Inverno, o Sampaio saudou a capacidade de reacção das famílias enlutadas, cujas perdas "não podem ser reparadas no sentido mais profundo", e elogiou o "investimento forte" que o Governo fez na região.

Partido do caso específico deste concelho, Jorge Sampaio disse que também o País só pode evoluir "com esforço, muito rigor e muito trabalho".

"Devemos lutar contra o laxismo e o facilismo" e precisa-se de um debate "sereno e responsável" na próxima campanha eleitoral, defendeu Sampaio.

"O período pré-eleitoral que vamos atravessar - prosseguiu - é de grande responsabilidade e os políticos devem dar aos cidadãos uma esperança sustentada e não a demagogia".

"A demagogia e a insensatez serão esquecidas no dia seguinte", acrescentou o Presidente, ao falar numa sessão no Auditório Municipal de Castelo de Paiva, no passado sábado.



Jorge Sampaio encontrou-se em privado com a comissão de famílias enlutadas pela tragédia de Entre-os-Rios, que o confrontou com algumas dificuldades subsistentes, reportadas nomeadamente a apoios da Segurança Social e do Instituto de Emprego.

Recebido carinhosamente pela população, que lhe disputou cumprimentos e até autógrafos, o chefe de Estado começou o périplo em Entre-os-Rios, na margem norte do Douro, onde concedeu a corporação de bombeiros local, a primeira a intervir após o colapso da ponte.

Ao atravessar o rio para a margem de Castelo de Paiva, num dos *ferry-boats*, o Presidente foi inteirado do andamento da construção de duas novas pontes, uma para trânsito local, que substituirá a caída a 4 de Março, e outra a integrar no futuro itinerário complementar n.º 35.

A ponte local estará pronta na primeira semana de Maio e a outra conclui-se até ao final de 2002 ou no primeiro trimestre de 2003, de acordo com informações fornecidas no local pelo presidente do Instituto de Estradas de Portugal, Pedro Cunha Serra.

As duas pontes integram um "pacote" de investimentos na região de Castelo de Paiva lançados recentemente, que ascendem a pelo menos 12 milhões de euros.

M.R.

**O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, anunciou que a presidência portuguesa da OSCE está à procura de um responsável para fazer a coordenação internacional das polícias das grandes organizações que estão a intervir em teatros de crise.**

OSCE

# COORDENADOR INTERNACIONAL DE POLÍCIAS

O nome, ainda não decidido, será escolhido pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa em articulação com as restantes organizações internacionais envolvidas.

A par da escolha desta personalidade também está em jogo a designação do representante da presidência portuguesa da OSCE para a luta anti-terrorista, que terá um papel crucial na próxima reunião internacional de Lisboa, em Junho, sobre esta matéria, bem como na elaboração da anunciada Carta Europeia contra o terrorismo.

O anúncio foi feito à imprensa no final da reunião da *troika* da OSCE, dia 21, a primeira da presidência portuguesa da organização, que contou com a presença, além do presidente em exercício, dos ministros dos Negócios Estrangeiros da Holanda Jozias van Aarten, e da Roménia, Mircea Geoana.

Na reunião participou ainda o secretário-geral



da OSCE, Jan Kubis, o presidente da Assembleia Parlamentar, Adrian Severin, e os directores das Instituições da organização.

O debate de segunda-feira, prosseguiu no dia seguinte com um encontro de chefes de missão, que ocupou os responsáveis das instituições da OSCE ao nível dos Direitos Humanos, Minorias Étnicas e Liberdade de Imprensa.

"Foi uma reunião muito produtiva da *troika* com os chefes destas instituições e os trabalhos prosseguirão ao nível dos chefes das cerca de duas dezenas de missões de terreno da OSCE", declarou Jaime Gama, precisando que a análise dos participantes incidirá na agenda 2002, herdada do mandato de Bucareste, e na definição das suas propriedades.

O presidente em exercício da OSCE destacou o empenhamento da organização na frente do combate ao terrorismo e realçou o tratamento

dos "problemas mais cruciais" nos Balcãs, sobretudo na Macedónia, mas também na Transdniestria, Cáucaso e Ásia central.

No plano da dimensão humana e económico-ambiental da OSCE, duas das três que tem a organização, Gama acentuou o imperativo do urgente "envolvimento" de outras organizações, designadamente a União Europeia, Nato e Nações Unidas.

Neste ponto, indicou que a UE está a avançar pela primeira vez numa área em que a Nato já tem alguma experiência, justificando a introdução da figura de um responsável pela plataforma de coordenação das polícias.

A Tchetchénia foi ainda um assunto abordado na conferência de Imprensa que seguiu à reunião da *troika*, tendo Jaime Gama condenado o afastamento de inspectores da OSCE naquele território independentista, ainda que não seja a primeira vez que tal acontece.

M.R.

# GENOMA HUMANO



MARIA DE BELÉM ROSEIRA

A descodificação do genoma humano, anunciada ao Mundo em 12 de Fevereiro de 2001 constitui, sem dúvida, um marco histórico na evolução do conhecimento científico. Descoberta comparada por muitos analistas, em termos de importância, à fusão nuclear e à descida humana na Lua, ela permite-nos estabelecer a ligação, por um lado com os nossos antepassados humanos e, por outro lado, com as outras formas de vida existentes na Terra.

A enorme visibilidade que a Comunicação Social deu a este projecto permitiu criar enormes expectativas em seu torno, como se através dele fosse possível atingirmos o conhecimento total sobre nós próprios e, através dele, o conhecimento total sobre como atingirmos a vida eterna e ou uma vida sem doença. Estas expectativas foram, contudo, razoavelmente frustradas.

Com efeito, reconhece-se hoje que os genes são apenas um aspecto da nossa história e que há muitos outros que são porventura mais importantes, designadamente o ambiente em que nos desenvolvemos, o nosso comportamento e os nossos traços de personalidade. Estes, o conhecimento sobre o genoma ainda não conseguiu penetrar e é fundamental sublinhar aqui, para esse aspecto, a importância das linhas de investigação desenvolvidas por António Damásio e a sua equipa sobre a "consciência".

O genoma humano, portanto, isoladamente não nos explicará nunca o que significa ser humano e para avançarmos nesse sentido necessitamos de uma aproximação que inclua designadamente, as ciências do conhecimento, ciências sociais e as humanidades.

Tal não significa a desvalorização da relevância da descodificação do genoma humano que neste contexto desempenhará, necessariamente, um

por sua vez, também as questões políticas daqui decorrentes, a nível dos sistemas de protecção social, do direito ao trabalho e do direito à protecção individual como forma de acesso ao exercício de direitos fundamentais, são de importância inequívoca e não podemos adiar este debate.

papel importantíssimo.

E a confirmá-lo, as enormes potencialidades que veio abrir no domínio da prevenção das doenças e do seu tratamento, designadamente através da terapêutica genética como passo significativo numa nova prática médica ajustada às específicas características individuais de cada ser humano. Portugal não pode estar de fora deste processo.

É imperiosa, pois, a participação dos nossos cientistas nos projectos de investigação nestes domínios não só para que a eles possamos dar o nosso contributo face à enorme reputação internacional de que hoje muitos deles gozam, mas também para que o nosso País e os portugueses possam beneficiar em tempo real de todos os avanços que eles possibilitam.

Mas se é fácil discorrer daqui a importância crescente da informação genética na prestação dos cuidados de saúde, também é fácil discorrer os enormes riscos da utilização dessa informação em termos de "novas discriminações" e, para mim, das mais perigosas, porque assentes ou baseadas em conhecimento científico.

Este risco faz apelo à necessidade de legislação ajustada à adequada protecção dos dados pessoais e à urgência na reflexão sobre as novas questões éticas que este patamar de conhecimento vem colocar.

Por sua vez, também as questões políticas daqui decorrentes, a nível dos sistemas de protecção social, do direito ao trabalho e do direito à protecção individual como forma de acesso ao exercício de direitos fundamentais, são de importância inequívoca e não podemos adiar este debate.

Esta é, efectivamente, uma matéria com múltiplas implicações. Ela vai introduzir necessariamente novas abordagens a nível de políticas de família, na sequência da identificação de susceptibilidades ou predisposições genéticas; a nível de políticas de educação quando identificados os perfis de hiper-actividade ou de défice de actuação; a nível da medicina legal em que as aplicações forenses não podem estar desligadas de políticas de reinserção; a nível da actuação junto do ambiente e factores envolventes que potenciam as predisposições identificadas.

Acabou a era do que "podíamos" fazer para passarmos à era do que "podemos fazer", em termos de exercícios de antecipação.

Mas, para isso é indispensável envolver a sociedade, toda a sociedade, nesta discussão.

Na legislatura que ora termina a Assembleia da República tinha deliberado promover um amplo debate que tivesse como um dos resultados a elaboração de um Programa Global sobre o Genoma Humano que abarcasse todas as vertentes: éticas, filosóficas, legais e médico legais, sociológicas, sociais, psicológicas e económicas, na sequência do ponto da situação sobre o conhecimento actual e suas perspectivas de evolução, quer no País, quer a nível internacional, designadamente a União Europeia.

A dissolução da Assembleia veio adiar este debate que tinha já um programa genericamente aprovado no âmbito da 1ª Comissão. Urge, contudo, pela sua importância retomá-lo logo no início da próxima legislatura.

Só assim poderemos antecipar o futuro para responder e cumprir já no presente, para que o mundo que temos perante nós seja, mesmo admirável.

Como disse James Watson "tínhamos o hábito de pensar que o futuro residia nas estrelas. Sabemos agora que está nos nossos genes".

## DURÃO BARROSINHO



«O doutor Durão Barroso não gosta da palavra "absoluto" e acho que tem toda a razão, é uma palavra desagradável.»  
Nuno Morais Sarmento (O Diabo, 22/01/2002)

- Ó Nuno achas que os brasileiros do nosso marketing estarão de acordo com o que disseste e que me reduz à insignificância de uma desagradável pastilha antigripal?!

FOTOMONTAGEM DE ANTÓNIO COLAÇO A PARTIR DE FOTOGRAFIA DE PEDRO CARDOSO (O DIABO)



**E quem é, afinal, o terrível colonialista? O Governo da República que cumpre o seu dever para com a Região, transferindo, por sinal, muito mais verbas do que o seu antecessor, ou antes o Governo Regional Madeira que, ao contrário do que acontece nos Açores, se recusa a desagrar os impostos dos madeirenses, só para não afectar as suas receitas?**

No último artigo tive a oportunidade de salientar alguns dos principais benefícios para as Regiões Autónomas, e em especial para a RAM, fruto da boa governação, visão global do País e sentido de estado do actual primeiro-ministro, António Guterres.

Perante uma realidade antagónica da tese oficial propagandeada a nível regional e não podendo desmentí-la, sem cair no ridículo, o PSD procura, por todos os meios, deturpar as coisas, ora verberando os socialistas como se inimigos da sua própria Terra, ora acusando o Governo da República de colonialismo, incompetência e de nada fazer.

E a estratégia é sempre a mesma:

Por um lado, assume-se como uma espécie de grande central sindical, em permanente reivindicação e conflito, contra tudo e todos, pelas questões mais inverosímeis, tentando fazer crer que é o único defensor dos interesses regionais. Por outro, já na condição de Governo, é a demagogia inauguracionista, mesmo que de coisas já anteriormente inauguradas, ou de iniciativas do foro privado, contando para tal, com a cumplicidade de uma Imprensa sempre diligente e incansável na difusão empolada e acrítica desses autênticos comícios de propaganda eleitoral.

Se há dúvidas neste aspecto compare-se, por exemplo, as reportagens noticiosas ou análises políticas das televisões nacionais, quase sempre causticas relativamente ao Governo e ao primeiro-ministro, com a letargia, para não lhe chamar subserviência, vigente a nível regional.

Com a habitual artimanha na deturpação dos factos e, sobretudo, consciente de que uma falácia muitas vezes repetida pode sobrepor-se à própria razão das coisas, o PSD/M tentou fazer do Orçamento do Estado um estandarte eleitoral da presente campanha autárquica.

E foi o regabofe do costume, com vitupérios e insultos de toda a ordem, badalados até à exaustão, em quase todos os comícios e inaugurações, acusando o PS/M e os seus deputados de atentarem contra a Autonomia e os interesses dos madeirenses.

Nada mais abjecto e demagógico. Porque, se há alguém que terá atentado contra os interesses dos madeirenses, então, foi o próprio PSD ao votar contra um orçamento reconhecidamente bom para a Madeira.

Mas o mais curioso é que tendo votado radicalmente contra, antes mesmo de conhecê-lo já o haviam anunciado, venham depois queixar-se que as suas propostas não foram atendidas. É preciso ter lata!...

Orçamento esse que, volto a repeti-lo hoje, uma vez mais, entre outros benefícios, transfere para a RAM e para as Autarquias, respectivamente, o triplo e o dobro das verbas alguma vez transferidas pelos governos do PSD.

**Os portugueses confiaram no PS depois de julgarem quatro anos de governação, profundamente marcada por uma política de rigor económico e de consciência social.**

Portugal tem de prosseguir em busca de novas soluções que respondam às novas realidades económica e social. Indubitavelmente, encontramos-nos hoje no seio de uma sociedade mais exigente, e que engloba um eleitorado cada vez mais esclarecido.

Os resultados das últimas eleições autárquicas traduzem a insatisfação de uma determinada classe social com algumas políticas de governo e com a orientação prática exercida em sectores preponderantes.

Por outro lado, a instabilidade internacional, que também se faz sentir nos maiores países da zona euro, embora produza um impacte negativo na nossa economia, não reflecte o clima de crise financeira que os partidos da oposição e nomeadamente o PSD referem existir em Portugal. O que seria do nosso país hoje, se o líder do maior partido da oposição tivesse ganho as eleições em 1999 com base nas "contas de mercearia" que apresentou na sua campanha aos portugueses? Os índices de credibilidade alcançados pelo camarada Ferro Rodrigues assentam na seriedade e na firmeza da sua mensagem. Perante a situação que se verifica actualmente de pessimismo e de desconfiança, ou seja, de uma instabilidade que convinha a uma oposição sustentada por Moções de Censura e por Planos de Emergência para a Economia Nacional (?), não só é necessário renovar, como também se impõe que ao povo português, se fale a linguagem da verdade, e se apresentem projectos sérios e eficientes, de acordo com as suas necessidades prioritárias, como a saúde, a segurança e a qualidade de vida.

Em matéria de projectos António Guterres foi bastante arrojado. Sejamos claros. A diferença entre o país real e o Portugal de 1995 preocupa um PSD que há dois anos a esta parte reclamava por eleições legislativas antecipadas, mas que na verdade não as queria. Apesar dos avanços e recuos ou dos tão propalados zigzagues, a atitude inteligente de António Guterres prejudicou no tempo e no espaço a manobra política e estratégica de bota-abaixo com que a oposição - padecendo de crises internas e de lideranças frouxas -, se ia entusiasmando.

A dramatização dos partidos da oposição não faz sentido. Utilizam a expressão "seis anos de Governo socialista", ignorando o resultado histórico que o PS de António Guterres atingiu em 99. Os portugueses confiaram no PS depois de julgarem quatro anos de governação, profundamente marcada por uma política de rigor económico e de consciência social. Em consciência, devemos apresentar contas e obra feita aos portugueses, que juntamente com o programa de futuro,

## PELA BOCA MORRE O PEIXE

Agora, uma verdadeira maravilha é a justificação da proposta para a atribuição de mais 6,5 milhões de contos à Região e que passo a citar: *«Considerando que os habitantes da Região Autónoma da Madeira já são penalizados relativamente aos habitantes da Região Autónoma dos Açores em virtude dos impostos não terem sido desagradados de forma tão acentuada, por forma a não comprometer as receitas próprias.»*

É um espanto!...

Como é sabido, constitui competência própria das Regiões Autónomas a adaptação do sistema fiscal às especificidades regionais, adaptação essa que pode, inclusive, traduzir-se numa redução (já ocorrida nos Açores) até ao limite de 30 por cento no IRS e no IRC.

Perante isto, a pergunta é inevitável: Quem é que, afinal, está a penalizar, ou seja, a explorar - qual senhorio da dita Madeira Nova - os madeirenses relativamente aos nossos compatriotas açorianos?

E quem é, afinal, o terrível colonialista? O Governo da República que cumpre o seu dever para com a Região, transferindo, por sinal, muito mais verbas do que o seu antecessor, ou antes o Governo Regional Madeira que, ao contrário do que acontece nos Açores, se recusa a desagrar os impostos dos madeirenses, só para não afectar as suas receitas?

Com propostas destas melhor seria nem terem falado, porque, lá diz o povo, pela boca morre o peixe.



**GIL FRANÇA**

## RENOVAR É PRECISO

síntam que o PS é a força que reúne melhores condições para formar um novo governo, e para recuperar o atraso estrutural do país, que nos projectará num patamar mais elevado de modernização.

Em acto de desespero a oposição prefere agora pressionar quem é poder, culpabilizando por seu turno o Presidente da República, pela situação que eles próprios criaram. Um governo de gestão é limitado na sua actividade, o que não é sinónimo de paralisia completa. Não estão em marcha golpes legislativos, António Guterres apenas tem compromissos a cumprir, responsabilidades que devem ser asseguradas. Perante a obsessão de poder e a busca incessante de protagonismo, o PS responderá com uma renovação que se impõe como necessária, mas que deve ser justa e coerente. Mobilizemo-nos pois no mesmo sentido, com a convicção do nosso secretário-geral, com o entusiasmo e determinação de todos os que se identificam com os nossos princípios. Com Ferro Rodrigues somos uma alternativa inovadora que vencerá a alternância cavaquista.

Não poderia terminar sem elogiar o trabalho renovado do "Acção Socialista" nos seus vários aspectos, cuja acção é reveladora do espírito que nos enche de orgulho: é nos momentos menos bons que se sente a força da nossa união.



**NESTOR REBELO BORGES**

# A SEMANA PREVISTA

SEG.  
TER.  
QUA.  
QUI.  
SEX.  
SÁB.  
DOM.

Realiza-se no próximo sábado, 26 de Janeiro, no Coliseu dos Recreios de Lisboa, a Convenção Nacional do PS que irá discutir e votar o documento definidor das linhas gerais da política nacional do partido.

Reunião da Comissão Política Nacional do PS, no dia 30 de Janeiro, onde se procederá à designação dos candidatos a deputados e se analisará a situação política na perspectiva da estratégia eleitoral.

O primeiro-ministro, António Guterres, visitará o estádio municipal de Aveiro onde será feita a apresentação dos estádios do Euro 2004, na véspera do sorteio do Euro 2004 que terá lugar na Exponor.

O ministro da Economia estará em Ponte Sor no lançamento da primeira pedra da primeira fábrica de aeronáutica em Portugal.

Júlio Pedrosa, ministro da Educação, continua a sua visita a Timor no âmbito do programa de cooperação no sector da educação com este novo Estado de língua portuguesa.

No Supremo Tribunal de Justiça tem lugar a abertura do novo ano judicial, com as presenças do primeiro-ministro e do ministro da Justiça.

O prof. Eduardo Lourenço será agraciado pelo Estado francês com a comenda de Oficial da Legião de Honra, em reconhecimento da sua obra e do seu contributo para a cultura europeia, em cerimónia na embaixada de França em Lisboa.

Na FIL do Parque das Nações estará patente a Bolsa de Turismo de Lisboa.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

## ACÇÃO SOCIALISTA

### INFORMAÇÕES ÚTEIS

Sede Nacional do Partido Socialista  
Largo do Rato  
21 3822000

Coliseu dos Recreios  
21 3240580

Caminhos de Ferro Portugueses (CP)  
Sta. Apolónia  
21 8816242

Caminhos de Ferro Portugueses (CP)  
Gare do Oriente  
21 8920300

Central de Camionagem  
Arco do Ceço  
707223344

Aeroporto de Lisboa  
Partidas e Chegadas  
21 8413700

Táxis - Lisboa  
Rua São José - Eurocoope  
21 3430677

Praça Ginásio Clube Português  
Autocoope  
21 3823826



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

### FICHA TÉCNICA

Director António José Seguro

Director-adjunto Silvano Gomes da Silva  
silvanogomes@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro José Manuel Viegas  
Grafismo Miguel Andrade

Redacção J.C. Castelo Branco  
castelbranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues  
maryr@partido-socialista.pt

Secretariado Sandra Anjos  
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica Francisco Sandoval  
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica Joaquim Soares  
José Raimundo  
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao  
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400-091 Lisboa

Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA  
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda.,  
Complexo CREL, Beta Vista, Rua Táscoa 47, Massamá, 2745 Queluz



Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico  
Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura  
Junto envio o valor da assinatura

Cheque  
 Vale de correio  12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista  
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo  
1400-091 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_ Código Postal \_\_\_\_\_

Assinaturas	12 meses
	52 números
Continente	25 €
Regiões Autónomas	32 €
Macau	54 €
Europa	63 €
Resto do Mundo	92 €

O valor das assinaturas  
de apoio é livremente fixado  
pelos assinantes  
a partir dos valores indicados

